

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

*Informações Contábeis Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes
ao Período de Seis Meses Findo
em 30 de Junho de 2012 e
Relatório sobre a Revisão de
Informações Contábeis Intermediárias*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
CPFL - Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CPFL - Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, que compreendem os balanços patrimoniais levantados em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de informações contábeis intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas


Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.


Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (“DVA”), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 19 de julho de 2012


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11			30/06/12	31/12/11		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	264.090	211.732	640.517	651.573	Fornecedores	14	5.758	1.761	70.510	57.495
Títulos e valores mobiliários	6.1	-	-	16.544	1.853	Empréstimos e financiamentos	15	51.616	31.726	313.597	118.835
Contas a receber de clientes	7	7.422	292	92.125	74.432	Debêntures	16	4.717	-	36.301	30.569
Despesa antecipada de projetos		-	1.050	-	1.050	Dividendos a pagar		-	-	4.417	4.417
Adiantamentos a fornecedores		8.793	7.536	23.038	20.570	Contas a pagar de projetos	17	84.078	21.694	84.078	174.136
Impostos a recuperar	8	11.224	9.932	55.013	47.375	Obrigações trabalhistas		8.830	11.005	8.830	11.005
Outros créditos		7.359	306	14.424	12.682	Obrigações tributárias		2.387	943	21.363	22.468
Total do circulante		<u>298.888</u>	<u>230.848</u>	<u>841.661</u>	<u>809.535</u>	Adiantamentos de clientes	18	-	-	48.365	68.053
						Provisão para custos socioambientais e desmobilização	19	-	-	1.941	3.844
NÃO CIRCULANTE						Outros passivos		6.975	4.967	7.140	31.723
Depósitos judiciais	20	18	-	148	24	Total do circulante		<u>164.361</u>	<u>72.096</u>	<u>596.542</u>	<u>522.545</u>
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	-	120.424	72.056	NÃO CIRCULANTE					
Outros créditos	9	1.727	2.271	90.513	90.031	Fornecedores	14	-	-	5.818	-
Impostos diferidos	25	-	-	92.394	76.526	Empréstimos e financiamentos	15	842.814	582.103	2.427.027	1.356.308
Impostos a recuperar	8	-	-	41.717	47.419	Debêntures	16	426.327	-	1.077.423	486.241
Partes relacionadas	10	170.845	194.228	3.135	-	Provisão para custos socioambientais e desmobilização	19	-	-	22.621	79.281
Investimentos	11	2.874.753	2.132.320	-	-	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	20	773	-	24.889	14.974
Imobilizado	12	7.582	6.358	4.220.286	3.118.457	Impostos diferidos	25	349.555	348.014	1.007.595	797.974
Intangível	13	1.725.094	1.723.734	3.049.854	2.331.486	Provisão para perda de investimentos	11	7.286	-	-	-
Total do não circulante		<u>4.780.019</u>	<u>4.058.911</u>	<u>7.618.471</u>	<u>5.735.999</u>	Outros passivos		-	606	-	1.271
						Total do não circulante		<u>1.626.755</u>	<u>930.723</u>	<u>4.565.373</u>	<u>2.736.049</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital integralizado	21	2.675.731	2.675.731	2.675.731	2.675.731
						Reservas de capital		528.988	533.756	528.988	533.756
						Reservas de lucros		83.072	77.453	83.072	77.453
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		<u>3.287.791</u>	<u>3.286.940</u>	<u>3.287.791</u>	<u>3.286.940</u>
						Participação de não controladores		-	-	10.426	-
						Total do patrimônio líquido		<u>3.287.791</u>	<u>3.286.940</u>	<u>3.298.217</u>	<u>3.286.940</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>5.078.907</u>	<u>4.289.759</u>	<u>8.460.132</u>	<u>6.545.534</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>5.078.907</u>	<u>4.289.759</u>	<u>8.460.132</u>	<u>6.545.534</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		01/04/12	01/01/12	01/04/11	01/01/11	01/04/12	01/01/12	01/04/11	01/01/11
		a 30/06/12	a 30/06/12	a 30/06/11 (1)	a 30/06/11 (1)	a 30/06/12	a 30/06/12	a 30/06/11 (1)	a 30/06/11 (1)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	8.361	13.952	1.173	7.556	151.142	285.803	-	-
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	23	(4.539)	(10.967)	(6.048)	(6.752)	(74.190)	(136.786)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		3.822	2.985	(4.875)	804	76.952	149.017	-	-
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS									
Gerais e administrativas	23	(15.824)	(28.826)	(10.006)	(18.456)	(18.420)	(34.688)	-	-
Remuneração dos administradores	10 e 23	(745)	(2.553)	(552)	(1.041)	(745)	(2.553)	-	-
Depreciação	12	(574)	(684)	(209)	(415)	(551)	(684)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	19.904	53.123	8.930	16.719	-	-	-	-
Amortização do direito de exploração	11 e 13	(12.831)	(25.146)	(1.227)	(2.448)	(25.393)	(47.225)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(14)	-	3	9	23	1	-	-
Total		(10.084)	(4.086)	(3.061)	(5.632)	(45.086)	(85.149)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		(6.262)	(1.101)	(7.936)	(4.828)	31.866	63.868	-	-
Receitas financeiras	24	5.654	10.535	4.957	10.201	12.658	26.838	-	-
Despesas financeiras	24	(9.307)	(12.500)	(7)	(30)	(49.481)	(86.290)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(9.915)	(3.066)	(2.986)	5.343	(4.957)	4.416	-	-
Imposto de renda e contribuição social - correntes	25	-	-	-	(548)	(7.325)	(14.040)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	25	4.391	8.550	-	-	6.776	15.126	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(5.524)	5.484	(2.986)	4.795	(5.506)	5.502	-	-
Atribuível aos acionistas da controladora		(5.524)	5.484	(2.986)	4.795	(5.524)	5.484	-	-
Atribuível a participações não controladoras		-	-	-	-	18	18	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		(5.524)	5.484	(2.986)	4.795	(5.506)	5.502	-	-
Atribuível aos acionistas da controladora		(5.524)	5.484	(2.986)	4.795	(5.524)	5.484	-	-
Atribuível a participações não controladoras		-	-	-	-	18	18	-	-
Lucro (prejuízo) por ação									
Básico de acordo com os valores determinados pela legislação societária (centavos por ação)		(0,01)	0,01	(0,02)	0,03	-	-	-	-
Diluído de acordo com CPC/IFRS (centavos por ação)		(0,02)	-	(0,02)	0,03	-	-	-	-

(1) Ver Nota 1.1 para descrição do processo de reestruturação societária da Companhia e a Nota 1.2 para a descrição de apresentação das informações contábeis intermediárias da Companhia após este processo de reestruturação.

Como não existem outros resultados abrangentes a serem apresentados para os períodos reportados, a Companhia optou por não apresentar a Demonstração do Resultado Abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social integralizado	Reservas de capital			Reservas de lucros					Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total
		Debêntures conversíveis	Bônus de subscrição	Ágio na subscrição de ações	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Pagamento baseado em ações				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	874.695	56.378	2	-	-	-	-	-	-	(48.464)	882.611	-	882.611
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.781	7.781	-	7.781
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	874.695	56.378	2	-	-	-	-	-	-	(40.683)	890.392	-	890.392
Prejuízo líquido do período de um mês antes da reestruturação societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.043)	(5.043)	-	(5.043)
SALDOS EM 31 DE JULHO DE 2011 ANTES DA REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA	874.695	56.378	2	-	-	-	-	-	-	(45.726)	885.349	-	885.349
Integralização de capital em agosto de 2011 (Nota 1.1)	923.855	-	-	533.756	-	-	-	56.973	-	-	1.514.584	-	1.514.584
Integralização de capital em agosto de 2011, por conversão de debêntures em capital (Nota 1.1)	56.378	(56.378)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital em dezembro de 2011	820.803	-	-	-	-	-	-	-	-	-	820.803	-	820.803
Ajuste de integralização de capital dos acionistas não controladores	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(1.085)	-	1.085	-	-	-
Pagamento baseado em ações	-	-	-	-	-	-	-	-	826	-	826	-	826
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65.380	65.380	-	65.380
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proposta da Administração:													
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	1.037	-	-	-	-	(1.037)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	4.925	-	-	-	(4.925)	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	14.777	-	-	(14.777)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	2.675.731	-	-	533.756	1.037	4.925	14.777	55.888	826	-	3.286.940	-	3.286.940
Integralização de capital social de não controladores em abril de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.558	3.558
Ajuste no ágio na subscrição de ações não controladores	-	-	-	(6.850)	-	-	-	-	-	-	(6.850)	6.850	-
Ajuste no ágio na subscrição de ações	-	-	-	2.082	-	-	-	-	-	-	2.082	-	2.082
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(1.318)	-	1.318	-	-	-
Pagamento baseado em ações	-	-	-	-	-	-	-	-	135	-	135	-	135
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.484	5.484	18	5.502
Transferência para reserva de retenção de lucros para fins de apresentação	-	-	-	-	-	-	6.802	-	-	(6.802)	-	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	2.675.731	-	-	528.988	1.037	4.925	21.579	54.570	961	-	3.287.791	10.426	3.298.217

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11 (1)</u>	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11 (1)</u>
RECEITAS				
Vendas de energia	15.218	8.326	304.650	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios	<u>1.457</u>	<u>1.389</u>	<u>666.124</u>	-
	16.675	9.715	970.774	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)				
Custos de compra de energia e encargos de transmissão	(10.967)	(6.752)	(47.542)	-
Materiais, serviços de terceiros e outros	(13.413)	(7.160)	(39.630)	-
Outros custos operacionais	(1.857)	(1.976)	(4.626)	-
Construção de ativos próprios	<u>(1.457)</u>	<u>(1.389)</u>	<u>(666.124)</u>	-
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(11.019)</u>	<u>(7.562)</u>	<u>212.852</u>	-
Depreciação e amortização	(25.830)	(2.863)	(107.530)	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA COMPANHIA	<u>(36.849)</u>	<u>(10.425)</u>	<u>105.322</u>	-
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	53.123	16.719	-	-
Receitas financeiras	10.535	10.201	26.838	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>26.809</u>	<u>16.495</u>	<u>132.160</u>	-
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>(26.809)</u>	<u>(16.495)</u>	<u>(132.160)</u>	-
Remuneração direta	(9.647)	(6.867)	(16.145)	-
Benefícios	(390)	(1.026)	(390)	-
Impostos, taxas e contribuições	(4.628)	(1.907)	(4.628)	-
FGTS	<u>(1.444)</u>	<u>(561)</u>	<u>(1.445)</u>	-
Empregados	<u>(16.109)</u>	<u>(10.361)</u>	<u>(22.608)</u>	-
Federais	7.284	(1.318)	(17.761)	-
Municipais	-	-	-	-
Tributos	<u>7.284</u>	<u>(1.318)</u>	<u>(17.761)</u>	-
Juros	(12.500)	(30)	(86.290)	-
Aluguéis/condomínios	-	-	-	-
Outras	-	9	1	-
Remuneração de capitais de terceiros	<u>(12.500)</u>	<u>(21)</u>	<u>(86.289)</u>	-
Lucros retidos/lucro líquido do período	5.484	4.795	5.502	-
Participação de controladores nos lucros retidos	-	-	5.484	-
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	18	-

(1) Ver Nota 1.1 para descrição do processo de reestruturação societária da Companhia e a Nota 1.2 para a descrição de apresentação das informações contábeis intermediárias da Companhia após este processo de reestruturação.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	30/06/11 (1)	30/06/12	30/06/11 (1)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do período	5.484	4.795	5.484	-
Participação de não controladores	-	-	18	-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	25.831	2.863	106.846	-
Baixa de ativo imobilizado	-	30	7.561	-
Equivalência patrimonial	(53.123)	(16.719)	-	-
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	773	(60)	(85)	-
Provisão para socioambiental e desmobilização	-	-	2.105	-
Provisão para programa de pagamentos baseados em ações	135	-	135	-
Imposto de renda diferido	(8.550)	-	(15.126)	-
Atualização monetária de contrato a pagar projetos	149	-	149	-
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures	11.536	-	82.808	-
Outras provisões	-	2.645	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(7.130)	(1.057)	-	-
Outros valores a receber	(5.459)	88	(1.461)	-
Impostos a recuperar	(1.292)	(478)	10.855	-
Adiantamento a fornecedores	(1.257)	(211)	3.180	-
			(2.468)	
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	3.997	63	(1.469)	-
Contas a pagar projetos	(16.316)	-	(168.758)	-
Adiantamento de clientes	-	-	(37.241)	-
Obrigações tributárias	1.444	(26)	(5.681)	-
Obrigações trabalhistas	(2.175)	(1.375)	(2.175)	-
Outros passivos	1.402	(38)	(26.457)	-
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(44.551)	(9.480)	(41.780)	-
Juros pagos	(6.007)	-	(48.611)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(50.558)	(9.480)	(90.391)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de controlada menos saldo líquido de caixa adquirido	(23.814)	-	(568.394)	-
Aumento de capital em controladas	(596.045)	(57.375)	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	(14.691)	-
Aplicações financeiras vinculadas	-	2.100	(9.616)	-
Aquisição de imobilizado	(1.457)	(1.389)	(637.078)	-
Depósitos judiciais	(18)	-	(124)	-
Adições ao intangível	(4.349)	-	(4.967)	-
Dividendos recebidos	46.401	-	-	-
Partes relacionadas	(5.541)	(29.715)	(1.053)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(584.823)	(86.379)	(1.235.923)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de financiamentos - líquido dos custos de captação	697.992	-	1.381.216	-
Pagamento de financiamentos	(10.253)	-	(65.958)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	687.739	-	1.315.258	-
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	52.358	(95.858)	(11.056)	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do período	211.732	200.173	651.573	-
No fim do período	264.090	104.315	640.517	-
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	52.358	(95.858)	(11.056)	-

(1) Ver Nota 1.1 para descrição do processo de reestruturação societária da Companhia e a Nota 1.2 para a descrição de apresentação das informações contábeis intermediárias da Companhia após este processo de reestruturação.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis.
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais.
- c) Comercialização de energia elétrica, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A maior parte das controladas diretas foi constituída ou adquirida com o propósito específico de implantar e explorar o potencial de Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”), usinas termelétricas movidas à biomassa, parques eólicos e projeto de geração de energia solar conforme descrito nas notas explicativas nº 1.9 a nº 1.12.

1.1. Reestruturação societária da Companhia

Em 19 de abril de 2011, a CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”) e CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil”), ambas as empresas controladas integralmente pela CPFL Energia S.A., celebraram um acordo de associação para união de seus negócios, ativos e projetos de energia renovável, que incluem parques eólicos, usinas termelétricas movidas à biomassa e PCHs, com a sociedade anteriormente denominada “ERSA - Energias Renováveis S.A.” ou “ERSA” e seus acionistas. Após uma série de reestruturações societárias previstas, a CPFL Geração e a CPFL Brasil passaram a integrar o bloco de controle da ERSA, como acionistas majoritárias, dando origem à CPFL Renováveis.

O objetivo da associação foi consolidar a experiência de ambos os grupos (CPFL e ERSA) no setor de energias renováveis e, dessa forma, obter ganhos de escala e sinergia pela unificação das atividades, que passaram a ter estrutura mais eficiente para o desenvolvimento de seus empreendimentos.

Em 21 de junho de 2011, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.967/11, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 4 de julho de 2011, a reestruturação societária que, relativamente às empresas do Grupo CPFL envolvidas no projeto, está resumida nas seguintes etapas:

Etapa 1

A CPFL Geração segregou ativos e passivos relacionados às PCHs que compunham diretamente o seu patrimônio e os contribuiu ao capital de três Sociedades de Propósito Específico - SPEs, que por sua vez estavam sob controle direto da CPFL Geração, a saber: MOHINI Empreendimentos e Participações Ltda. (“Mohini”); JAYADITYA Empreendimentos e Participações Ltda. (“Jayaditya”) e CHIMAY Empreendimentos e Participações Ltda. (“Chimay”).

Etapa 2

A CPFL Geração e CPFL Brasil, como únicas acionistas da Smita Empreendimentos e Participações S.A. (“SMITA”), realizaram aporte de capital na referida sociedade, a fim de transferir para a SMITA a totalidade de suas participações societárias detidas em SPEs de energia renovável, inclusive nas SPEs Mohini, Jayaditya e Chimay, conforme descrito na Etapa 1.

Etapa 3

A CPFL Geração e CPFL Brasil contribuíram suas participações na SMITA para a ERSA, mediante a emissão de novas ações da ERSA. Concomitantemente a essa contribuição, a SMITA foi incorporada pela ERSA. Como resultado desta Etapa, a CPFL Geração e CPFL Brasil passaram a integrar o quadro de acionistas da ERSA.

Em 18 de julho de 2011, os acionistas da CPFL Geração, CPFL Brasil e SMITA aprovaram as Etapas 1 e 2 acima descritas. Em 22 de agosto de 2011, os Conselhos de Administração da CPFL Geração e CPFL Brasil e, em 24 de agosto de 2011, os acionistas e o Conselho de Administração da ERSA aprovaram a Etapa 3, passando a ERSA a ser denominada CPFL Energias Renováveis S.A., de acordo com os termos e as condições estabelecidos no Protocolo de Incorporação celebrado por ambas as companhias e objeto de Fato Relevante divulgado em 24 de agosto de 2011.

Etapa 4

Com a emissão de novas ações da ERSA, a CPFL Energia S.A. passou a deter indiretamente, 54,50% da CPFL Renováveis, através de suas controladas CPFL Geração (43,65%) e CPFL Brasil (10,85%), em agosto de 2011.

Em decorrência da contribuição da SMITA para a ERSA, conforme descrito na Etapa 3, o patrimônio líquido da ERSA sofreu um aumento de R\$1.514.584, o qual reflete o valor justo da SMITA na data da transação, acrescido de um aporte de capital de R\$384.197 em espécie, realizado pela CPFL Geração e CPFL Brasil em agosto de 2011.

Esse aumento no patrimônio líquido da ERSA foi contabilizado da seguinte forma: (a) R\$923.855 como aumento de capital, o que reflete o valor nominal das ações emitidas pela ERSA; (b) ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$56.973, líquido dos efeitos tributários, que se refere ao custo atribuído ao ativo imobilizado das PCHs da CPFL Geração à época da adoção inicial das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), e que foi transferido à ERSA; e (c) R\$533.756 como ágio na subscrição de ações, o qual reflete a diferença entre o valor nominal contábil e o valor justo dos ativos da SMITA, que foi contribuída à ERSA.

A relação de substituição entre as ações da ERSa e as ações da SMITA foi livremente negociada, acordada e pactuada entre as partes e reflete a melhor avaliação da SMITA e da ERSa. Tais valores levaram em consideração o valor econômico da ERSa e da SMITA, apurados por suas respectivas Administrações, tendo em vista a natureza de suas atividades, inseridas em um conjunto de premissas econômicas, operacionais e financeiras aplicáveis às companhias. Adicionalmente, a relação de substituição foi objeto de revisão e “*fairness opinion*” preparado por instituição financeira independente e emitido em 23 de agosto de 2011.

A ERSa emitiu 913.475.299 novas ações ordinárias em nome da CPFL Geração e CPFL Brasil, que conferem iguais direitos em relação àqueles conferidos pelas demais ações ordinárias da ERSa anteriormente existentes.

A reestruturação descrita anteriormente resultou em uma aquisição reversa de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”, uma vez que a CPFL Energia, por meio de suas controladas diretas CPFL Geração, CPFL Brasil e da SMITA, passou a deter o controle da ERSa. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da transação, embora a ERSa tenha emitido ações e, na “forma”, tenha adquirido a SMITA, a CPFL Energia passou a deter indiretamente 54,5% das ações ordinárias com poder de voto na ERSa, passando a controlar de fato esta sociedade. Como resultado, e seguindo os preceitos do CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) da ERSa foram avaliados ao seu valor justo (“fair value”) e alocados conforme laudo de avaliação preparado por especialistas, o qual gerou o registro na ERSa de: (a) um ativo intangível - direito de concessão no montante de R\$1.113.544; (b) reversão do saldo do intangível (“goodwill”) no montante de R\$200.052; (c) o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo não circulante, no montante de R\$378.607; e (d) outros passivos circulantes no montante de R\$1.129. Isso perfaz o valor de R\$533.756, registrado como “reserva de capital - ágio na subscrição de ações” no patrimônio líquido da Companhia, em agosto de 2011, conforme explicado mais acima nesta nota.

Os impostos diferidos (passivo) foram constituídos sobre a diferença entre a mais-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, conseqüentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se a alíquota de 34% sobre a mais-valia desses ativos, independentemente do regime de tributação utilizado pelas empresas controladas. O valor do imposto de renda diferido será realizado contabilmente à medida que o ativo intangível seja amortizado ou no caso de o investimento ser vendido pela controladora. Adicionalmente, a maioria das controladas são tributadas pelo regime de lucro presumido, no qual a amortização do intangível não é dedutível. Desta forma, na controladora sua realização fiscal ocorre pela venda do ativo imobilizado na controlada ou por venda do investimento pela controladora, o que levaria a uma tributação de 34% na controladora, decorrente da apuração de ganho de capital.

Uma vez tendo sido concluído o processo de reestruturação societária descrito nesta nota, a ERSa (entidade legal sobrevivente) passou a se denominar CPFL Energias Renováveis S.A.

Conforme previsto no CPC 15 (R1), a contabilização dessa combinação de negócios encontra-se no período de mensuração. Na hipótese de existir algum fator que, na avaliação da Administração da Companhia, implique ajustes na operação, esse será realizado retroativamente à data da efetivação da operação.

Os impactos da reestruturação societária descrita nesta nota, tomando-se como base os balanços patrimoniais da SMITA e ERSA levantados em 31 de julho de 2011, e assumindo-se que a reestruturação societária tivesse sido completada naquela data, são como segue:

Controladora

	<u>SMITA</u>	<u>ERSA</u>	<u>Subtotal</u>	Valor justo dos ativos de ERSA	CPFL Renováveis
Ativo					
Ativo circulante	38.170	484.899	523.069	-	523.069
Ativo não circulante:					
Imobilizado	-	4.516	4.516	-	4.516
Investimento	854.933	438.915	1.293.848	696.199	1.990.047
Intangível - goodwill	-	162.408	162.408	(162.408)	-
Outros	-	196.140	196.140	-	196.140
Total ativo não circulante	<u>854.933</u>	<u>801.979</u>	<u>1.656.912</u>	<u>533.791</u>	<u>2.190.703</u>
Total do ativo	<u>893.103</u>	<u>1.286.878</u>	<u>2.179.981</u>	<u>533.791</u>	<u>2.713.772</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante	11.323	12.696	24.019	-	24.019
Passivo não circulante	285.149	4.636	289.785	35	289.820
Patrimônio líquido (*)	<u>596.631</u>	<u>1.269.546</u>	<u>1.866.177</u>	<u>533.756</u>	<u>2.399.933</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>893.103</u>	<u>1.286.878</u>	<u>2.179.981</u>	<u>533.791</u>	<u>2.713.772</u>

Consolidado

	<u>SMITA</u>	<u>ERSA</u>	<u>Subtotal</u>	Valor justo dos ativos de ERSA	CPFL Renováveis
Ativo					
Ativo circulante	203.575	703.005	906.580	-	906.580
Ativo não circulante:					
Imobilizado	760.260	956.444	1.716.704	-	1.716.704
Intangível - direito de concessão	44.600	32.916	77.516	1.113.544	1.191.060
Intangível - goodwill	-	200.052	200.052	(200.052)	-
Outros	<u>70.830</u>	<u>12</u>	<u>70.842</u>	<u>-</u>	<u>70.842</u>
Total ativo não circulante	<u>875.690</u>	<u>1.189.424</u>	<u>2.065.114</u>	<u>913.492</u>	<u>2.978.606</u>
Total do ativo	<u>1.079.265</u>	<u>1.892.429</u>	<u>2.971.694</u>	<u>913.492</u>	<u>3.885.186</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante	82.466	79.205	161.671	1.129	162.800
Passivo não circulante	400.168	543.678	943.846	378.607	1.322.453
Patrimônio líquido (*)	<u>596.631</u>	<u>1.269.546</u>	<u>1.866.177</u>	<u>533.756</u>	<u>2.399.933</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.079.265</u>	<u>1.892.429</u>	<u>2.971.694</u>	<u>913.492</u>	<u>3.885.186</u>

(*) Dos valores aportados no montante de R\$1.514.584, R\$384.197 foi em espécie, integralizado em 24 de agosto de 2011 e R\$1.130.387 contribuídos pelo acervo líquido da SMITA.

1.2. Apresentação das demonstrações financeiras após associação ERSA/CPFL

- a) As demonstrações financeiras consolidadas de 2011 e as informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2012 foram preparadas e estão sendo apresentadas sob o nome da adquirente legal (CPFL Renováveis), mas seguindo a essência econômica da transação, como uma continuação das demonstrações financeiras da adquirente econômica (SMITA) de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), parágrafo B21.
- 1) Sendo assim, as informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2012 consolidadas da CPFL Renováveis refletem:
- Ativos e passivos da adquirente econômica (SMITA) pelos seus valores de livros contábeis (valor contábil) pré-combinação.
 - Ativos e passivos da adquirida econômica (ERSA), mensurados pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), refletindo a realização dos valores justos dos ativos e passivos da ERSA a partir da data da transação, 24 de agosto de 2011.
 - A estrutura de capital apresentada nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2012 da CPFL Renováveis reflete o capital social de ERSA antes da reestruturação societária, acrescido dos efeitos de aumento de capital em virtude da emissão de ações e incorporação da SMITA, conforme detalhado anteriormente.
- 2) Seguindo a essência econômica da transação, as informações contábeis intermediárias da CPFL Renováveis para o período comparativo devem ser as informações contábeis intermediárias da adquirente econômica da transação, ou seja, SMITA. Como a SMITA foi constituída em 3 de janeiro de 2011 e não realizou transações econômicas no primeiro semestre de 2011, esta não possui informações contábeis intermediárias de períodos anteriores, e, conseqüentemente, não possui informações para fins de comparação.
- b) Na preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias individuais (controladora) da CPFL Renováveis de 30 de junho de 2012, foi considerado o que prescreve o CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, parágrafo 8, que prevê que a entidade deve transpor, para suas demonstrações financeiras individuais, todos os ajustes para obter o mesmo patrimônio líquido em ambos os balanços patrimoniais, consolidados e individuais. Foi também considerada a Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, parágrafo 68, a qual menciona que as demonstrações financeiras individuais da controladora devem refletir a situação da controladora individual, mas sem perder de vista que elas estão vinculadas ao conceito de entidade econômica como um todo; nesse sentido estão envolvidos os patrimônios da controladora e controlada. Sendo assim:

- 1) As informações contábeis intermediárias individuais (controladora) da CPFL Renováveis de 30 de junho de 2012 refletem:
 - Ativos e passivos de SMITA pelos seus valores de livro (valor contábil) pré-combinação.
 - Ativos e passivos de ERSA mensurados pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), refletindo a realização dos valores justos dos ativos e passivos da ERSA a partir da data da transação. Conseqüentemente, o patrimônio líquido de ambos os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) reconcilia para o mesmo valor.
- 2) As informações contábeis intermediárias (controladora) da CPFL Renováveis para o período comparativo (primeiro semestre de 2011) refletem as informações contábeis intermediárias já apresentadas da ERSA (atual CPFL Renováveis) sem nenhuma alteração.

1.3. Aquisição da Jantus SL

Em 7 de abril de 2011, a CPFL Energia, por meio de sua controlada CPFL Comercialização Brasil S.A., celebrou Contrato de Compra e Venda para aquisição da totalidade das cotas do capital social da Jantus SL (“Jantus”), empresa sediada na Espanha. Em 21 de setembro de 2011, a CPFL Brasil cedeu o Contrato de Compra e Venda para a CPFL Renováveis. Em 20 de dezembro de 2011, a CPFL Renováveis concluiu a aquisição da Jantus, a qual detinha 100% do capital social da SIIF Energies do Brasil Ltda. (“SIIF”) e da SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda. (“SIIF Desenvolvimento”).

Assim sendo, através da aquisição das cotas, concluída em 21 de dezembro de 2011, a CPFL Renováveis adquiriu, indiretamente, a totalidade do capital da SIIF e da SIIF Desenvolvimento, com um total de quatro parques eólicos em operação no Estado do Ceará, totalizando capacidade instalada de 210 MW, além de um portfólio de 412 MW em projetos certificados e elegíveis para participação nos próximos leilões de energia e 320 MW em projetos não certificados (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

O preço total de aquisição das cotas, após os ajustes previstos no Contrato de Compra e Venda foi de R\$1.517.209, correspondente à: (a) o valor de R\$841.768, desembolsados da seguinte forma: (i) R\$468.916 pagos à vista pela compradora aos vendedores; mais (ii) o equivalente em euros à R\$354.420 contribuídos pela compradora ao capital da Jantus para quitação de determinadas obrigações perante terceiros; e (iii) R\$18.432 referente a complemento de ajuste de preço e; (b) a assunção de dívida líquida no valor de R\$675.441.

Para implementar a referida transação, a CPFL Brasil realizou aumento e integralização de capital social, no montante de R\$820.803, na CPFL Renováveis, em dezembro de 2011, com a emissão de novas ações; dessa forma, a CPFL Energia passou a deter indiretamente 63,00% da CPFL Renováveis, através de suas controladas CPFL Geração (35,49%) e CPFL Brasil (27,51%) em dezembro de 2011.

A CPFL Renováveis emitiu 385.268.687 novas ações ordinárias em nome da CPFL Brasil, as quais conferem iguais direitos em relação àqueles conferidos pelas demais ações ordinárias da CPFL Renováveis anteriormente existentes.

1.4. Aquisição da Santa Luzia Energética S.A.

Em 17 de agosto de 2011, a CPFL Renováveis divulgou em Fato Relevante a aquisição da totalidade das cotas representativas de 100% do capital social votante e total da Santa Luzia Energética S.A. (“Santa Luzia”), que possui uma PCH em operação no Estado de Santa Catarina, com potência instalada de 28,5 MW e energia assegurada de 18,4 MW médios (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

Em 29 de dezembro de 2011, a Companhia concluiu a aquisição da Santa Luzia, tendo sido a transação liquidada em 4 de janeiro de 2012. O valor pago pela Santa Luzia Energética foi de R\$151.534. A transferência do controle da Santa Luzia para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco do Brasil S.A. Adicionalmente a Companhia complementou, como ajuste de preço da aquisição, o montante de, R\$908.

1.5. Aquisição do Complexo Eólico Atlântica.

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu da Cobra Instalaciones y Servicios S.A. a totalidade das ações de emissão das seguintes SPEs: (i) Atlântica I Parque Eólico S.A., (ii) Atlântica II Parque Eólico S.A., (iii) Atlântica IV Parque Eólico S.A. e (iv) Atlântica V Parque Eólico S.A. As quatro empresas que, em conjunto, possuem uma potência instalada de 120 MW, tiveram toda sua energia certificada e comercializada no leilão de fontes alternativas - LFA, realizado em 26 de agosto de 2010. A transferência do controle do Complexo eólico Atlântica para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante em 26 de março de 2012 (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

O valor de R\$24.000 foi pago aos vendedores em março de 2012.

1.6. Aquisição da BVP S.A.

Conforme Comunicado ao Mercado publicado em 19 de junho de 2012, a Companhia adquiriu 100% das ações da sociedade BVP S.A, controladora da sociedade Bons Ventos Geradora de Energia S.A., sendo o preço total da aquisição no valor de R\$1.090.414, que compreende: (i) o valor de R\$445.124 pago aos vendedores, (ii) assunção de dívida líquida no valor R\$439.191, e (iii) R\$127.548 destinado a liquidação de debêntures emitidas pela Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Adicionalmente o contrato prevê ainda o pagamento aos vendedores do montante aproximado de R\$78.551 após conclusão da auditoria do balanço de ajuste previsto para o terceiro trimestre de 2012.

A Bons Ventos detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) para explorar os parques eólicos: Taíba Albatroz, Bons Ventos, Enacel, Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 157,5 MW. Todos os Parques Eólicos localizam-se no litoral do Estado do Ceará e se encontram em operação comercial plena, sendo que a totalidade da energia está contratada com a Eletrobrás por vinte anos, através do PROINFA Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

A transferência do controle da BVP para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante em 19 de junho de 2012.

O contrato de compra e venda está condicionado à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), bancos e demais órgãos regulamentares competentes.

1.7. Informações adicionais sobre aquisição das controladas Jantus, Santa Luzia, Complexo Eólico Atlântica e BVP.

a) Contrapartidas transferidas (pagas)

	<u>Jantus</u>	<u>Santa Luzia</u>	<u>Complexo</u> <u>Atlântica</u>	<u>BVP</u>
	<u>21.12.11</u>	<u>29.12.11</u>	<u>26.03.12</u>	<u>19.06.12</u>
Contraprestações transferidas em caixa e equivalentes de caixa pelos acionistas compradores:				
Caixa transferido ou a transferir diretamente aos acionistas	468.916	-	24.000	445.124
Contas a pagar aos acionistas	-	151.534	-	-
Caixa transferido diretamente para a Jantus e BVP para pagamento de dívida e despesas de responsabilidade dos vendedores	354.420	-	-	127.548
Estimativa de ajuste de preço a ser pago aos vendedores de acordo com cláusula contratual reconhecido como contas a pagar	18.432	908	-	78.551
Total da contraprestação transferida (paga)	<u>841.768</u>	<u>152.442</u>	<u>24.000</u>	<u>651.223</u>

b) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

Para as aquisições da Jantus, Santa Luzia, Complexo Eólico Atlântica, e BVP a totalidade das contraprestações transferidas (pagas) foi alocada aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluído os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais serão amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos e de PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi alocado a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado para ágio nestas transações.

A alocação do valor pago foi suportada por laudo de avaliação econômico-financeiro preparado por especialistas contratados pela Administração e por análises conduzidas pela própria Administração.

A Administração da CPFL Renováveis não espera que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais na data da aquisição e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionada à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

A contabilização inicial da aquisição da Jantus e Santa Luzia foi provisoriamente apurada em 31 de dezembro de 2011, a do Complexo Eólico Atlântica foi provisoriamente apurada em 29 de fevereiro de 2012 e BVP em 31 de maio de 2012. Na data da conclusão destas informações contábeis intermediárias, as avaliações de mercado necessárias e outros cálculos não tinham sido finalizados e, por consequência, tinham sido apenas provisoriamente apurados com base na melhor estimativa da Administração para esses valores.

	<u>Jantus</u>	<u>Santa Luzia</u>	<u>Complexo</u>	<u>BVP</u>
	<u>21.12.11</u>	<u>29.12.11</u>	<u>Atlântica</u>	<u>19.06.12</u>
			<u>26.03.12</u>	
Ativos circulantes:				
Caixa e equivalentes de caixa	6.781	45	186	28.092
Contas a receber de clientes	17.426	3.065	-	16.232
Impostos a recuperar	49.241	-	-	5.116
Despesas antecipadas	1.877	709	121	848
Outros créditos	3.653	147	37	1.023
				-
Ativos não circulantes:				
Aplicações financeiras vinculadas	35.743	2.930	-	38.752
Impostos diferidos	103.725	-	-	57.121
Outros créditos	14.801	-	-	10.000
Imobilizado	715.864	237.307	6.243	571.495
Intangível	4.403	-	-	-
				-
Passivos circulantes:				
Fornecedores	47.425	4.114	54	14.430
Empréstimos, financiamentos e debêntures	80.731	11.413	-	39.324
Obrigações tributárias e trabalhistas	4.427	622	5	4.571
Adiantamentos de clientes	54.047	-	-	17.553
Outros passivos	4.774	1.630	-	603
				-
Passivos não circulantes:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	565.158	124.590	-	455.239
Fornecedores	-	-	-	5.818
Impostos diferidos	15.141	-	-	7.675
Provisões para desmobilização de ativos e compromissos socioambientais	15.770	7.582	-	14.144
Adiantamento de clientes	4.637	-	-	-
Ativos líquidos adquiridos	<u>161.404</u>	<u>94.252</u>	<u>6.528</u>	<u>169.322</u>

c) Determinação dos ativos intangíveis (direito de exploração)

	<u>Jantus</u>	<u>Santa Luzia</u>	<u>Complexo</u>	<u>BVP</u>
	<u>21.12.11</u>	<u>29.12.11</u>	<u>Atlântica</u>	<u>19.06.12</u>
			<u>26.03.12</u>	
Contrapartida transferida (paga)	841.768	152.442	24.000	651.223
Menos: Valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	<u>(161.404)</u>	<u>(94.252)</u>	<u>(6.528)</u>	<u>(169.322)</u>
Valor alocado como direito de exploração	680.364	58.190	17.472	481.901
Mais: Efeitos tributários	<u>350.490</u>	<u>29.977</u>	<u>9.001</u>	<u>248.252</u>
Valor alocado como direito de exploração após efeitos tributários	<u>1.030.854</u>	<u>88.167</u>	<u>26.473</u>	<u>730.153</u>

A diferença entre as contraprestações transferidas (pagas) e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos foi alocada como direito de exploração por estar vinculado à atividade regulada e suportado por laudo de avaliação econômico financeiro preparado por especialistas contratados pela Administração. Esses valores ajustados por efeitos tributários serão amortizados pelo prazo remanescente das autorizações, pelo método da linha reta, vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos e de PCHs adquiridas, sendo o prazo médio estimado em 21 anos para a Jantus, 29 anos para a Santa Luzia, 23 anos para o complexo eólico Atlântica e 21 anos para a BVP.

A Administração da CPFL Renováveis não espera que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais na data da aquisição.

d) Saída de caixa líquida na aquisição das controladas

	<u>Jantus</u>	<u>Santa Luzia</u>	<u>Complexo Atlântica</u>	<u>BVP</u>
	<u>21.12.11</u>	<u>29.12.11</u>	<u>26.03.12</u>	<u>19.06.12</u>
Contrapartidas pagas em caixa	841.768	152.442	24.000	651.223
Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>(6.781)</u>	<u>(45)</u>	<u>(186)</u>	<u>(28.092)</u>
Caixa líquido de aquisição	<u>834.987</u>	<u>152.397</u>	<u>23.814</u>	<u>623.131</u>

e) Impacto das aquisições de Jantus, Santa Luzia, Complexo Eólico Atlântica e BVP no resultado da CPFL Renováveis em 30 de junho de 2012.

As aquisições de Jantus e Santa Luzia foram concluídas em 2011. Desta maneira, os impactos destas operações já foram integralmente considerados nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia para o semestre findo em 30 de junho de 2012.

A aquisição do complexo eólico Atlântica foi concluída em 26 de março de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 29 de fevereiro de 2012. Assim sendo, as informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia para o semestre findo em 30 de junho de 2012 contemplam 4 (quatro) meses de operações. dessa controlada.

A aquisição da BVP foi concluída em 19 de junho de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 31 de maio de 2012. Assim sendo, as informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia para o semestre findo em 30 de junho de 2012 contemplam 1(um) mês de operação dessa controlada.

1.8. Aquisição da Usina Ester (transação pendente de conclusão).

Em 09 de março de 2012, a Companhia assinou contrato de aquisição de 100% dos ativos de cogeração de energia elétrica e vapor d'água da SPE Lacenas Participações Ltda., controlada pela Usina Açucareira Ester. Cerca de 7 MW médios de energia de cogeração da Usina Ester já foram comercializados no leilão de fontes alternativas (LFA) de 2007, com prazo de 15 anos e com preço médio de venda de R\$ 177 por MWh (na data-base de janeiro de 2012). O restante, 2,8 MW médios de energia, será comercializado no mercado livre (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

A Administração estima que o valor da aquisição será de R\$111.500, sendo R\$50.900 a serem pagos em caixa, aos vendedores, e com assunção de dívida líquida no valor de R\$60.600.

O contrato de compra e venda e, conseqüentemente, a concretização da aquisição, está condicionada à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e demais órgãos competentes. A Companhia não está divulgando nas informações contábeis intermediárias do período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 todas as informações adicionais exigidas pelo CPC 15 (R1), uma vez que estas informações ainda não estão disponíveis na data destas informações contábeis intermediárias.

1.9. Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs

Em 30 de junho de 2012, a Companhia possuía as seguintes concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico:

<u>PCHs</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)**</u>
Aiuruoca	3	Res.357	22/12/1999	30 anos	18,0
Alto Irani	1	Res.587	29/10/2002	30 anos	21,0
Americana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	30,0
Andorinhas	1	Des.1990	30/11/2005	Indeterminado ***	0,5
Arvoredo	1	Res.606	05/11/2002	30 anos	13,0
Barra da Paciência	1	Res.348	17/12/1999	30 anos	23,0
Boa Vista II	3	Emendamento *	-	-	28,0
Buritis	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,8
Cachoeira Grande	3	Res.540	14/10/2003	30 anos	16,0
Capão Preto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,3
Chibarro	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	2,6
Cocais Grande	1	Res.349	22/12/1999	30 anos	10,0
Corrente Grande	1	Res.17	14/01/2000	30 anos	14,0
Diamante	1	Portaria 475	13/11/1997	30 anos	4,2
Dourados	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	10,8
Eloy Chaves	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	19,0
Esmeril	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	5,0
Gavião Peixoto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,8
Guaporé	1	Res.1987	30/11/2005	Indeterminado ***	0,7
Jaguari	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	11,8
Lençóis	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	1,7
Monjolinho	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,6
Ninho da Águia	1	Res.370	29/12/1999	30 anos	10,0
Paioi	1	Res.406	06/08/2002	30 anos	20,0
Penedo	3	Emendamento *	-	-	17,0
Pinhal	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	6,8
Pirapó	1	Des.1989	30/11/2005	Indeterminado ***	0,7
Plano Alto	1	Res.607	07/11/2002	30 anos	16,0
Saltinho	1	Desp.1988	30/11/2005	Indeterminado ***	0,8
Salto Góes	2	Res.2510	10/08/2010	30 anos	20,0
Salto Grande	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,6
Santa Cruz	3	Res.718	17/12/2002	30 anos	12,5
Santa Luzia	1	Portaria 352	20/12/2007	35 anos	28,5
Santana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,3
São Gonçalo	1	Res.13	13/01/2000	30 anos	11,0
São Joaquim	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	8,1
Socorro	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	1,0
Três Saltos	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,6
Varginha	1	Res.355	22/12/1999	30 anos	9,0
Várzea Alegre	1	Res.367	29/12/1999	30 anos	7,5
Total					418,0

* Resolução autoriza em processo de obtenção.

** Informação não revisada pelos auditores independentes

*** Potenciais hidráulicos iguais, ou inferior a 1,0 KW estão dispensados de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas serem registrados junto à ANEEL.

(1) - Operação

(2) - Construção

(3) - Preparação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da sua assinatura.

1.10. Projetos de geração eólica

Em 30 de junho de 2012, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial eólico:

<u>Projetos Eólicos</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)**</u>
Atlântica I	2	Portaria 134	25/02/2011	35 anos	30,0
Atlântica II	2	Portaria 148	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica IV	2	Portaria 147	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica V	2	Portaria 168	21/03/2011	35 anos	30,0
Baixa Verde	3	Em andamento *	-	-	13,8
Bons Ventos	1	Resolução 093	07/03/2003	30 anos	50,0
Cajueiro	3	Em andamento *	-	-	29,9
Campos dos Ventos I	3	Em andamento *	-	-	28,0
Campos dos Ventos II	2	Portaria 257	18/04/2011	35 anos	30,0
Campos dos Ventos III	3	Em andamento *	-	-	28,0
Campos dos Ventos V	3	Em andamento *	-	-	26,0
Canoa Quebrada	1	Resolução 680	10/12/2002	30 anos	57,0
Costa Branca	2	Portaria 585	11/10/2011	35 anos	20,7
Costa das Dunas	3	Em andamento *	-	-	29,9
Curral Velho	3	Em andamento *	-	-	122,4
Enacel	1	Resolução 625	12/11/2002	30 anos	31,5
Eurus VI	2	Portaria 749	24/08/2010	30 anos	8,0
Farol de Touros	3	Em andamento *	-	-	23,0
Figueira Branca	3	Em andamento *	-	-	13,8
Foz do Rio Choró	1	Resolução 306	04/06/2002	30 anos	25,2
Gameleiras	3	Em andamento *	-	-	18,4
Icarazinho	1	Resolução 454	27/08/2002	30 anos	54,6
Juremas	2	Portaria 556	27/09/2011	35 anos	16,1
Macacos	2	Portaria 557	27/09/2011	35 anos	20,7
Paracuru	1	Resolução 460	27/08/2002	30 anos	25,2
Pedra Cheirosa	3	Em andamento *	-	-	37,8
Pedra Preta	2	Portaria 564	11/10/2011	35 anos	20,7
Pontal das Falésias	3	Em andamento *	-	-	37,8
Praia da Atalaia	3	Em andamento *	-	-	151,2
Praia de Bitupitá	3	Em andamento *	-	-	63,0
Praia Formosa	1	Resolução 307	04/06/2002	30 anos	105,0
Santa Clara I	2	Port.609	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara II	2	Port.683	04/08/2010	35 anos	30,0
Santa Clara III	2	Port.610	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara IV	2	Port.672	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara V	2	Port.838	08/10/2010	35 anos	30,0
Santa Clara VI	2	Port.670	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Mônica	3	Em andamento *	-	-	30,0
Santa Úrsula	3	Em andamento *	-	-	28,0
São Benedito	3	Em andamento *	-	-	29,9
São Domingos	3	Em andamento *	-	-	29,9
Taíba Albatroz	1	Resolução 778	23/12/2002	30 anos	16,5
Ventos de São Dimas	3	Em andamento *	-	-	29,9
Ventos de São Martinho	3	Em andamento *	-	-	29,9
Total					<u>1.581,8</u>

* Resolução autoriza em processo de obtenção.

** Informação não revisada pelos auditores independentes

- (1) - Operação
- (2) - Construção
- (3) - Preparação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da sua assinatura.

1.11. Projetos de geração à biomassa

Em 17 de maio de 2012, entrou em operação a usina termoeétrica movida à biomassa Ipê, com potência instalada de 25MW e em 31 de maio de 2012, entrou em operação a usina termoeétrica movida à biomassa Pedra, com potência instalada de 70MW.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela da ANEEL para exploração de energia movida à biomassa:

Projeto Biomassa	Grupo CPFL Renováveis	Status	Resolução original	Data	Prazo	Capacidade de
						energia
						instalada (MW)**
Alvorada		2	em andamento *	-	-	50,0
Baia Formosa		1	Res.259	14/05/2002	30 anos	40,0
Baldin		1	Res.2106	22/09/2009	35 anos	45,0
Buriti		1	Res.2643	07/12/2010	30 anos	50,0
Coopcana		2	Res.3328	07/02/2012	30 anos	50,0
Ipê		1	Res.2375	27/04/2010	30 anos	25,0
Pedra		1	Prt.129	24/02/2011	35 anos	70,0
Total						<u>330,0</u>

* Resolução autorizada em processo de obtenção.

** Informação não revisada pelos auditores independentes

(1) - Operação

(2) - Construção

(3) - Preparação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da sua assinatura.

1.12. Projetos de geração de energia solar

Em 30 de junho de 2012, a Companhia possuía a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração do potencial solar:

Projeto Solar	Status	Resolução original	Data	Prazo	Capacidade de
					energia
					instalada (MW)**
Solar 1	2	em andamento *	-	-	1,0
Total					<u>1,0</u>

* Resolução autorizada em processo de obtenção.

** Informação não revisada pelos auditores independentes

(1) - Operação

(2) - Construção

(3) - Preparação

1.13. Transferência de contratos societários

Em 15 de junho de 2012 a CPFL Renováveis transferiu o controle societário das controladas integrais CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda., Mohini Empreendimentos e Participações Ltda., Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. e Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda., para a T-15 Energia S.A. (“T-15”), controlada direta da CPFL Renováveis.

A reestruturação societária foi feita mediante aumento do capital social da T-15 pela CPFL Renováveis no montante de R\$2.002. O capital social passou de R\$4 para R\$2.006, mediante a emissão de 7.041.136.699 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, idênticas às atualmente existentes, pelo preço de emissão de R\$0,03 (três centavos de Real) por ação, calculado de acordo com o art. 170, II, da Lei das Sociedades por Ações.

Do valor total subscrito pela CPFL Renováveis, equivalente a R\$200.202, o montante de R\$2.002 foi destinado ao capital social e o restante R\$198.200 destinado à conta de reserva de capital da T-15.

1.14. Acordo de Acionistas

Desde 24 de agosto de 2011, a Companhia é regida por Acordo de Acionistas, do qual fazem parte, com as respectivas participações no capital votante, Grupo CPFL (63,00%), Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações (8,02%), Secor - LLC (9,24%), Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus (4,99%), DEG Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MbH (2,48%), GMR Energia S.A. (2,23%), Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (7,63%), Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (1,41%) e outros - pessoas físicas (1,00%)

Em resumo, o Acordo de Acionistas da Companhia dispõe sobre questões relativas a voto em Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração, participação dos Acionistas e de seus respectivos representantes societários nos órgãos diretivos da Sociedade; direito de preferência em relação à aquisição das ações e outras determinadas restrições relativas à transferência das ações e direitos econômicos associados à titularidade das ações; direito de preferência nos aumentos de capital e restrições na transferência de ações, tais como direitos de “tag along” e de preferência.

Além disso, o Acordo de Acionistas prevê que determinados temas relevantes sejam aprovados por quórum qualificado em Assembleias Gerais e Conselho de Administração.

1.15. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas informações contábeis intermediárias considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos como o ambiente regulatório são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, eólica e hidrelétrica).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia, identificadas como Controladora, que foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias consolidadas, identificadas como Consolidado, que foram preparadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos adquiridos em combinação de negócios e ainda por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

2.4. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações de valor adicionado, individual e consolidada, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

2.5. Principais estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que apresentam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas são:

- Impostos a recuperar (nota explicativa nº 8).
- Impostos diferidos (nota explicativa nº 25).
- Imobilizado (nota explicativa nº 12).
- Intangível (nota explicativa nº 13).
- Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 20).
- Provisão para custos socioambientais e de desmobilização de ativos (nota explicativa nº 19).
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 26).
- Pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 10.1).

3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

As informações contábeis intermediárias incluem as demonstrações da CPFL Renováveis e suas controladas abaixo relacionadas:

Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %		Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %	
		Direta	Indireta			Direta	Indireta
Aiuruoca	Integral	-	100%	Macacos	Integral	90%	-
Alto Irani	Integral	100%	-	Mohini	Integral	-	100%
Arvoredo	Integral	-	100%	Navegantes	Integral	95%	-
Atlântica I	Integral	100%	-	Ninho da Águia	Integral	-	100%
Atlântica II	Integral	100%	-	Paiol	Integral	-	100%
Atlântica IV	Integral	100%	-	PCH Holding	Integral	100%	-
Atlântica V	Integral	100%	-	PCH Holding 2	Integral	100%	-
Baixa Verde	Integral	95%	-	PCH Participações	Integral	100%	-
Barra da Paciência	Integral	-	100%	Pedra Preta	Integral	95%	-
Bio Alvorada	Integral	100%	-	Penedo	Integral	100%	-
Bio Buriti	Integral	100%	-	Plano Alto	Integral	100%	-
Bio Coopcana	Integral	100%	-	Pontal das Falésias	Integral	-	100%
Bio Formosa	Integral	100%	-	Praia de Atalaia I	Integral	-	100%
Bio Ipê	Integral	100%	-	Praia de Atalaia II	Integral	-	100%
Bio Pedra	Integral	100%	-	Praia de Atalaia III	Integral	-	100%
Bioenergia	Integral	100%	-	Praia de Atalaia IV	Integral	-	100%
Boa Vista 1	Integral	100%	-	Praia de Atalaia V	Integral	-	100%
Boa Vista 2	Integral	100%	-	Praia de Atalaia VI	Integral	-	100%
BVP	Integral	-	100%	Salto Góes	Integral	100%	-
Bons Ventos	Integral	-	100%	Santa Clara I	Integral	100%	-
Cachoeira Grande	Integral	100%	-	Santa Clara II	Integral	100%	-
Cajueiro	Integral	95%	-	Santa Clara III	Integral	100%	-
Campos dos Ventos I	Integral	100%	-	Santa Clara IV	Integral	100%	-
Campos dos Ventos II	Integral	100%	-	Santa Clara VI	Integral	100%	-
Campos dos Ventos III	Integral	100%	-	Santa Clara V	Integral	100%	-
Campos dos Ventos IV	Integral	100%	-	Santa Cruz	Integral	100%	-
Campos dos Ventos V	Integral	100%	-	Santa Luzia	Integral	-	100%
Chimay	Integral	-	100%	Santa Mônica	Integral	100%	-
Cocais Grande	Integral	-	100%	Santa Ursula	Integral	100%	-
Corrente Grande	Integral	-	100%	São Benedito	Integral	100%	-
Costa Branca	Integral	95%	-	São Domingos	Integral	100%	-
Costa das Dunas	Integral	90%	-	São Gonçalo	Integral	-	100%
Curral Velho	Integral	-	100%	SIIF Alpha Ltda (i)	Integral	-	60%
Eólica Formosa	Integral	-	100%	SIIF Cinco	Integral	-	100%
Eólica Holding	Integral	100%	-	SIIF Desenvolvimento	Integral	-	100%
Eólica Icaraizinho	Integral	-	100%	SIIF Energies	Integral	-	100%
Eólica Paracuru	Integral	-	100%	Solar 1	Integral	100%	-
Eólica Quintanilha Machado	Integral	-	100%	Sul Centrais Elétricas	Integral	-	100%
Eurus V	Integral	100%	-	T-15	Integral	-	100%
Eurus VI	Integral	100%	-	Tombo	Integral	100%	-
Farol de Touros	Integral	90%	-	Turbina 16	Integral	100%	-
Figueira Branca	Integral	100%	-	Turbina 17	Integral	100%	-
Gameleira	Integral	100%	-	Varginha	Integral	-	100%
Jantus SL	Integral	100%	-	Varzea Alegre	Integral	-	100%
Jayaditya	Integral	-	100%	Ventos de Santo Dimas	Integral	100%	-
Juremas	Integral	95%	-	Ventos de São Martinho	Integral	100%	-

(i) A sociedade encontra-se em fase de encerramento e está sendo avaliada pelo custo de aquisição.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.
- d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas informações contábeis intermediárias, como parte integrante do patrimônio líquido. Quando os acionistas não controladores não possuem obrigações adicionais na situação que as controladas têm passivo a descoberto, provisões são constituídas para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido e cujo valor é de R\$7.286 em 30 de junho de 2012 registrada na conta provisão para perda de investimentos no passivo não circulante. Os valores das participações dos acionistas não controladores em 30 de junho de 2012 é de R\$10.426 e 31 de dezembro de 2011 é “nil”.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas foram preparadas com base nas mesmas práticas contábeis descritas na nota explicativa 4.1 a 4.11 às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Circulante				
Saldos de caixa e bancos	597	2.434	11.185	19.751
Aplicações financeiras (i)				
Certificado de depósitos bancários	6.124	-	113.000	191.733
Operações compromissadas em debêntures	257.369	209.298	516.332	440.089
Total de Caixa e equivalentes de caixa	264.090	211.732	640.517	651.573

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis (nota explicativa nº 26.1) e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas, e são remunerados a taxas médias equivalentes à 99,45% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI na data do balanço.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						30/06/2012	31/12/2011
Arvoredo (a)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	102,16% *	1.843	1.772
Barra da Paciência (a)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	102,16% *	2.825	2.717
Cocais Grandes (a)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	102,16% *	1.416	1.362
Corrente Grande (a)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	102,16% *	2.085	2.005
Ninho da Águia (a)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	102,16% *	1.400	1.345
Varginha (a)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	102,16% *	1.781	1.713
Varzea Alegre (a)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	102,16% *	1.062	1.021
São Gonçalo (a)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	102,16% *	1.742	1.675
PCH Holding (a)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	102,16% *	17.000	16.350
Paiol Energia (a)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	102,16% *	3.221	3.098
Bio Formosa (a)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	102,16% *	2.058	-
Bons Ventos (b)	BNB	Título Público	Indefinido	LFT	99,00%	38.300	-
Penedo Energia (e)	CEF	Caução	Indefinido	TR	TR	-	9
Jantus (c)	BNB	Fundo	Indefinido	Diversos	92,8% a 98%	37.663	36.058
Santa Luzia (d)	Banco do Brasil	Fundo	Indefinido	Diversos	90,49% *	5.865	2.930
Bio Pedra (a)	Itaú	CDB	jun/14	CDI	95,00%	2.163	-
						<u>120.424</u>	<u>72.056</u>

(*) Remuneração média anual do 1º semestre de 2012, tendo como referência o Depósito Interbancário - DI.

- (a) Referem-se a contas reservas constituídas nas SPEs. De acordo com o contrato com o BNDES, 80% do faturamento de venda de energia é destinado às contas de reservas até a total integralização da garantia, a qual deve corresponder a seis meses de serviço de dívida.
- (b) Refere-se a contas reservas constituídas na SPE, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e NIB - Nordic Investment Bank e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo.
- (c) Referem-se a contas reservas constituídas nas SPEs das empresas controladas pela Jantus, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessas empresas.
- (d) Referem-se a contas de reservas constituídas na SPE Santa Luzia, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o Banco do Brasil S.A. e o BNDES, que devem corresponder a três meses de serviço da dívida e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessa empresa.
- (e) Referem-se a garantias contratuais constituídas para registro e aprovação de estudos de inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas em conformidade com a Resolução ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reservas são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como ativos registrados a valor justo através do resultado.

6.1. Títulos e valores mobiliários

	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						30/06/2012	31/12/2011
Alto Irani (a)	BTG	CDB	dez/12	CDI	104,75%	8.533	-
Plano Alto (a)	BTG	CDB	dez/12	CDI	104,75%	5.850	-
Jantus (b)	BNB	Titulo de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	1.853	1.853
Bons Ventos (c)	Sulamérica	Titulo de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	8	-
Bons Ventos (c)	Itaú	Titulo de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	100	-
Bons Ventos (c)	BNB	Titulo de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	200	-
						<u>16.544</u>	<u>1.853</u>

(*) Remuneração média anual do 1º semestre de 2012, tendo como referência o Depósito Interbancário - DI.

- (a) As controladas diretas Alto Irani e Plano Alto possuem títulos e valores mobiliários com o BTG no montante de R\$14.383, remunerados a taxa de 104,75% do CDI, referentes a aplicações em CDB com prazos de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
- (b) A controlada indireta SIIF possui títulos e valores mobiliários com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB no montante de R\$1.853, remunerados pela TR, referentes a títulos de capitalização com prazo de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.
- (c) A controlada indireta Bons Ventos possui títulos e valores mobiliários com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, Banco Itaú Unibanco S.A. e SulAmerica S.A. no montante de R\$308, remunerado pela TR, referente a títulos de capitalização com prazo de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 referem-se a contas a receber de concessionárias e permissionárias de energia, como demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Circulante				
Concessionárias e permissionárias	<u>7.422</u>	<u>292</u>	<u>92.125</u>	<u>74.432</u>

Composição das contas a receber a vencer:

Controladora		Consolidado	
A vencer	Total	A vencer	Total
0 - 15 dias	97	0 - 15 dias	26.059
16 - 30 dias	-	16 - 30 dias	36.872
31 - 45 dias	-	31 - 45 dias	13.812
46 - 60 dias	7.325	46 - 60 dias	15.382
	<u>7.422</u>		<u>92.125</u>

Em 30 de junho de 2012, o saldo de contas a receber de clientes, no consolidado, inclui entre outros valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R\$47.745 (52% do total) da Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRAS, (Proinfa), (ii) R\$24.974 (27% do total) do Grupo CPFL, (acionista controlador), e (iii) R\$6.381 (7% do total) por um grande consumidor.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 33 dias da data do faturamento.

A Administração da Companhia e de suas controladas, considerando que não há valores vencidos e que os saldos em aberto são com agentes do setor elétrico e com grandes consumidores livres com baixo risco de crédito, entendeu não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Impostos de renda e contribuição social a compensar	264	492	16.482	5.936
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	10.403	8.902	23.013	29.033
COFINS	457	-	46.591	47.876
PIS	100	-	10.135	10.410
Outros	-	538	509	1.539
	<u>11.224</u>	<u>9.932</u>	<u>96.730</u>	<u>94.794</u>
Ativo circulante	11.224	9.932	55.013	47.375
Ativo não circulante	-	-	41.717	47.419
Total	<u>11.224</u>	<u>9.932</u>	<u>96.730</u>	<u>94.794</u>

O saldo da rubrica “Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF” refere-se a retenções sobre aplicações financeiras, foi gerado a partir das operações da Companhia e de suas controladas e não depende de decisões judiciais nem administrativas para sua realização, e são compensados com o pagamento do imposto devido.

Os saldos das rubricas “PIS” e “COFINS” a recuperar referem-se, basicamente, a créditos apurados na aquisição de bens para o ativo imobilizado nas controladas indiretas da Jantus. Os créditos referentes à aquisição desses bens, notadamente máquinas e equipamentos utilizados na geração de energia elétrica, serão compensados com pagamento de PIS e COFINS da Companhia na base de 1/48 avos do valor original.

9. OUTROS CRÉDITOS NÃO CIRCULANTES

<u>Não Circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Créditos a receber - consórcios (a)	-	-	37.766	36.634
Contratos de pré-compra de energia (b)	-	-	27.024	34.867
Ativos por indenização (c)	-	-	23.950	13.950
Reembolso Reserva Global de Reversão	-	-	-	1.909
Outros créditos a receber	1.727	2.271	1.773	2.671
Total	1.727	2.271	90.513	90.031

- (a) O montante de R\$37.766 inclui: (i) R\$34.343 de valor de principal e (ii) R\$3.423 de encargos financeiros e, é referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin-Bioenergia S.A. (parte não relacionada) os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível. Do saldo total, R\$5.368 é referente a parcela vencida, a partir de 15 de junho de 2011.
- (b) O montante de R\$27.024 refere-se à aquisição de energia para entrega futura negociada entre CPFL Bioenergia S.A. e Baldin-Bioenergia S.A. (parte não relacionada).

A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou, em 25 de junho de 2012, pedido de recuperação judicial. Os efeitos desta medida compreendem: suspensão de qualquer execução contra a Baldin, congelamento dos contratos existentes e das dívidas.

No prazo de 60 dias contados do protocolo, deverá ser apresentado um plano de recuperação judicial. A CPFL Bioenergia S.A. é uma das credoras da Baldin com garantia real (penhor de equipamentos), fiança pessoal dos Administradores da usina e garantia quirografária (contratos).

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem provável que seja aprovado o plano de recuperação judicial nos próximos 60 dias e que ela continuará gerando matéria prima necessária para a atividade de geração de energia.

- (c) O montante de R\$23.950 refere-se à indenização decorrente da avaliação a valor justo de passivos contingentes identificados na combinação de negócios, conforme condições determinadas no contrato de compra e venda da Jantus no valor de R\$13.950 e Bons Ventos no valor de R\$10.000. A Companhia tem garantia de reembolso por parte do vendedor da Jantus e Bons Ventos sobre determinadas contingências, caso estas sejam materializadas dentro do período contratual. Esse valor tem como contrapartida provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis. (nota explicativa nº 20).

10. PARTES RELACIONADAS

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	30/06/2011
Circulante:						
Saldo bancário e aplicações financeiras						
Banco Bradesco (nota nº 6)	10.267	16.428	-	-	143	-
	<u>10.267</u>	<u>16.428</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>143</u>	<u>-</u>
Valores a receber pessoas ligadas						
CPFL Brasil (nota nº 7) (e)	7.263	-	-	-	-	-
PCH Holding	500	-	-	-	-	-
	<u>7.763</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Valores a receber à empresas ligadas (a)						
Alto Irani	34	49	-	-	-	-
Arvoredo	29	31	-	-	-	-
Barra da Paciência	34	54	-	-	-	-
Chimay	117	58	-	-	-	-
Cocais Grande	44	23	-	-	-	-
Corrente Grande	29	33	-	-	-	-
Bioenergia	19	-	-	-	-	-
Sul Centrais Elétricas	93	10	-	-	-	-
Jantus	118	-	-	-	-	-
Jayaditya	63	56	-	-	-	-
Mohini	68	56	-	-	-	-
Ninho da Águia	44	23	-	-	-	-
Paíol	44	47	-	-	-	-
Plano Alto	88	38	-	-	-	-
São Gonçalo	78	26	-	-	-	-
Varginha	29	21	-	-	-	-
Várzea Alegre	15	18	-	-	-	-
	<u>946</u>	<u>542</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total circulante	<u>18.976</u>	<u>16.970</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>143</u>	<u>-</u>

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	30/06/2011
Não circulante:						
Aplicações financeiras vinculadas						
Banco Bradesco (nota nº 6)	36.433	33.059	-	-	1.061	-
	<u>36.433</u>	<u>33.059</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.061</u>	<u>-</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (b)						
Alto Irani	1.541	1.541	-	-	-	-
Atlântica I	6.509	-	-	-	-	-
Atlântica II	6.511	-	-	-	-	-
Atlântica IV	6.509	-	-	-	-	-
Atlântica V	6.509	-	-	-	-	-
Baixa Verde	-	3.370	-	-	-	-
Bio Alvorada	15.755	-	-	-	-	-
Bio Coopcana	15.232	3.492	-	-	-	-
Boa Vista 1	5	5	-	-	-	-
Boa Vista 2	130	95	-	-	-	-
Chimay Empreendimentos	2	9.684	-	-	-	-
Costa Branca	2.645	-	-	-	-	-
CPFL Bio Buriti	11.520	-	-	-	-	-
CPFL Bio Formosa	329	-	-	-	-	-
CPFL Bio Ipe	690	-	-	-	-	-
CPFL Bio Pedra	40.180	-	-	-	-	-
Eólica Holding	10	1	-	-	-	-
Macacos	1.735	-	-	-	-	-
Navegantes	35	10	-	-	-	-
PCH Holding	-	156.652	-	-	-	-
PCH Holding 2	4.976	-	-	-	-	-
Pedra Preta	1.160	-	-	-	-	-
Penedo	120	60	-	-	-	-
Salto Góes	40.448	18.196	-	-	-	-
Santa Mônica	2	2	-	-	-	-
Santa Ursula	15	15	-	-	-	-
Santo Dimas	2	2	-	-	-	-
São Benedito	2	2	-	-	-	-
São Domingos	10	10	-	-	-	-
São Martinho	10	10	-	-	-	-
T-15	10	-	-	-	-	-
Tombo	15	5	-	-	-	-
Turbina 14	1.560	1	-	-	-	-
Turbina 16	25	-	-	-	-	-
Turbina 17	27	-	-	-	-	-
	<u>164.229</u>	<u>193.153</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Crédito com empresas ligadas						
	-	1.075	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>1.075</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Mútuos:						
Sul Centrais (c)	3.481	-	-	-	-	-
Sócios não controladores (d)	3.135	-	-	-	-	-
	<u>6.616</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total não circulante	<u>170.845</u>	<u>194.228</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	30/06/2011
Passivo circulante e não circulante:						
Valores a pagar à pessoas ligadas	-	-	2.072	-	-	-
	-	-	2.072	-	-	-
Patrimônio líquido:						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	961	826	-	-
	-	-	961	826	-	-
Resultado:						
Venda de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	-	-	-	-	8.401	-
	-	-	-	-	8.401	-
Compra de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	-	-	-	-	(1.856)	-
	-	-	-	-	(1.856)	-
Despesas operacionais						
Consultoria de sócio	-	-	-	-	(177)	-
Assessoria Banco Pátria	-	-	-	-	-	(3.750)
Alocação com despesa de pessoal (a)	-	-	-	-	6.255	-
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	-	-	(135)	-
	-	-	-	-	5.943	(3.750)
Total resultado	-	-	-	-	12.488	(3.750)

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	30/06/2011
Circulante:						
Saldo bancário e aplicações financeiras						
Banco Bradesco (nota nº 5 e 6)	150.675	222.291	-	-	1.174	3.084
Banco BTG Pactual (nota nº 5)	25.477	-	-	-	81	750
	<u>176.152</u>	<u>222.291</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.255</u>	<u>3.834</u>
Valores a receber pessoas ligadas (nota nº 7) (e)						
CPFL Brasil	13.526	8.460	-	-	-	-
CPFL Paulista	11.057	11.024	-	-	-	-
CPFL Piratininga	389	181	-	-	-	-
Cia de Luz e Força	2	2	-	-	-	-
RGE Rio Grande Energia	-	8	-	-	-	-
	<u>24.974</u>	<u>13.212</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total circulante	<u>201.126</u>	<u>235.503</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.255</u>	<u>3.834</u>
Não circulante:						
Mútuos:						
Sócios não controladores (d)	3.135	-	-	-	-	-
	<u>3.135</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo circulante e não circulante:						
Chumpitaz	-	-	270	-	-	-
CPFL Paulista	-	-	643	-	-	-
CPFL Brasil	-	-	1.846	-	-	-
CPFL Serv.Equi.Ind.Com.	-	-	1.959	-	-	-
RGE Rio Grande Energia	-	-	5	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.723</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido:						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	961	826	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>961</u>	<u>826</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado						
Venda de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	-	-	-	-	32.029	-
CPFL Paulista	-	-	-	-	65.597	-
CPFL Piratininga	-	-	-	-	1.686	-
Cia de Luz e Força	-	-	-	-	17	-
RGE Rio Grande Energia	-	-	-	-	70	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>99.399</u>	<u>-</u>
Compra de energia - mercado livre						
CPFL Energia	-	-	-	-	(2.710)	-
Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	-	-	(284)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.994)</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais						
Consultoria de sócio	-	-	-	-	(177)	-
Consultoria Chumpitaz	-	-	-	-	(1.973)	-
Assessoria Banco Pátria	-	-	-	-	-	(3.750)
Pagamento baseado em ações	-	-	-	-	(135)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.285)</u>	<u>(3.750)</u>
Total resultado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>94.120</u>	<u>(3.750)</u>

- (a) Valores a receber de empresas ligadas: referem-se a rateios de despesas de operação e manutenção registradas na rubrica “outros créditos” no ativo circulante. A partir de 2010, parte do pessoal da CPFL Renováveis passou a ser alocada para a operação e manutenção das usinas e o valor passou a ser cobrado das controladas por meio de rateio de despesas.
- (b) Saldo referente a aportes de capital, a título de adiantamentos para futuro aumento de capital das controladas. A Companhia realizou a integralização dos saldos na sociedade PCH Holding e em suas controladas. Estes adiantamentos não possuem prazo de vencimento e não são atualizados por juros ou correção monetária.

Os valores em aberto não são segurados e serão liquidados em caixa. Não foram dadas nem recebidas garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no período em decorrência de valores que possam ser considerados incobráveis pelas partes relacionadas.

- (c) Mútuo realizado entre a CPFL Renováveis e a controlada indireta CPFL Sul Centrais, com prazo de um ano e taxa de juros de 8% a.a. para a quitação antecipada de empréstimo com o BNDES.
- (d) A controladora e um sócio não controlador celebraram contratos de mútuo, visando à concessão de financiamento, para que o acionista não controlador possa integralizar sua parcela de capital subscrito nas SPEs (em decorrência dos aumentos de capital pela CPFL Renováveis), evitando que sua participação acionária seja diluída. Os contratos foram assinados em abril de 2012, com vigência de um ano e com possibilidade de renovação, a remuneração é de 8% a.a. mais atualização monetária pelo IGP-M.
- (e) Referem-se a contas a receber de venda de energia.

Para o período de julho a dezembro de 2012, a CPFL Renováveis firmou compromissos de comercialização de energia com a CPFL Brasil de compras no montante de R\$7.263, ainda não realizados.

10.1. Pagamentos baseados em ações

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de outubro de 2009, foi aprovado o Programa de 2009, com outorga de 222.988 opções de compra de ações. Em 9 de março de 2010, foi aprovado o Programa de 2010, com outorga de 244.158 opções de compra de ações. Em 01 de março de 2011 foi aprovado o Programa de 2011, com outorga de 470.000 opções de compra de ações.

Os beneficiários do Plano de Opção de Ações poderão exercer suas opções dentro de até dez anos contados da respectiva outorga. O “vesting” das opções ocorrerá em quatro anos, com liberações de 25% a partir do primeiro aniversário, 50% a partir do segundo aniversário, 75% a partir do terceiro aniversário e 100% a partir do quarto aniversário.

As opções somente poderão ser exercidas pelos participantes do programa em caso de ocorrência de um dos dois eventos: a) oferta pública inicial (“IPO”) (primária ou secundária) para ações ordinárias; b) alienação, direta ou indireta, por qualquer acionista da Companhia, de número de ações representativas de 10% ou mais do capital social da Companhia, a terceiros adquirentes, antes da ocorrência de um IPO.

Conforme mencionado na nota explicativa 21.c), a Companhia agrupou suas ações na proporção 5 para 1. Para fins de apresentação apresentamos os quadros abaixo considerando o agrupamento de ações.

<u>Séries de opções</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Data de outorga</u>	<u>Duração da opção (em anos)</u>	<u>Preço de exercício</u> <u>R\$</u>	<u>Valor justo na data da outorga</u> <u>R\$</u>
Programa de 2009					
1ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,10	1,80
2ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,30	1,55
3ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,45	1,25
4ª Tranche	<u>55.747</u>	29/10/2009	10	8,65	1,35
	222.988				
Programa de 2010					
1ª Tranche	61.040	09/03/2010	10	11,95	2,85
2ª Tranche	61.040	09/03/2010	10	12,25	3,00
3ª Tranche	61.040	09/03/2010	10	12,50	2,75
4ª Tranche	<u>61.040</u>	09/03/2010	10	12,80	2,90
	244.160				
Programa de 2011					
1ª Tranche	117.500	01/03/2011	10	12,80	1,95
2ª Tranche	117.500	01/03/2011	10	13,10	2,05
3ª Tranche	117.500	01/03/2011	10	13,35	1,85
4ª Tranche	<u>117.500</u>	01/03/2011	10	13,65	1,95
	470.000				

Valor justo das opções de compra de ações outorgadas durante o período

A Companhia precificou as opções com o modelo de precificação de opções *Black-Scholes*. Quando relevante, a expectativa de vida usada no modelo foi ajustada com base na melhor estimativa da Administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício (incluindo a probabilidade de atender às condições no mercado ligadas à opção) e aspectos comportamentais.

No primeiro semestre de 2012, foram provisionados R\$135 na rubrica “Remuneração dos Administradores”.

Dados utilizados no modelo para precificação das opções:

	Programa 2011			
	<u>1ª. Tranche</u>	<u>2ª. Tranche</u>	<u>3ª. Tranche</u>	<u>4ª. Tranche</u>
Preço da ação na data de outorga	9,20	9,20	9,20	9,20
Preço de exercício	12,80	13,10	13,35	13,65
Volatilidade esperada (a)	37,31%	37,31%	37,31%	37,31%
Dividendos	2,80	2,80	3,40	3,40
Duração da opção (b)	5,5	6	6,5	7
Taxa de juros livre de risco (c)	10,54%	10,39%	10,39%	10,28%

(a) Representa a volatilidade média do histórico de três anos das empresas do mesmo setor.

(b) Considerou-se que a opção será exercida na metade do período em que as opções exercíveis podem ser exercidas pelos participantes

(c) Baseada nas previsões do Banco Central para a Selic na data da outorga.

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto no início e fim do período:

	30/06/2012	
	Quantidade opção	Preço ponderado de exercício
Saldo no início do exercício	399.764	11,10
Concedidas durante o exercício	-	
Prescritas por condições não atendidas durante o exercício	-	
Saldo no final do exercício	<u>399.764</u>	<u>11,40</u>

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 e os exercícios de 2011 e de 2010 nenhuma opção foi exercida. A mudança no preço ponderado de exercício se deve a atualização do preço da opção, de acordo com o regulamento dos programas.

As opções em aberto no fim do período possuíam preço de exercício de R\$11,40 (R\$11,10 em 2011) e período de duração contratual médio ponderado restante de 2.796 dias (2.976 dias em 2011).

10.2. Pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 e 2011, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$2.553 (R\$1.041 em 30 de junho de 2011), como segue:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011
Benefícios de curto prazo a empregados		
Salários e honorários	1.717	816
Encargos sociais e benefícios	555	225
Remuneração variável:		
Pagamento baseado em ações	135	-
Outros	146	-
Total	<u>2.553</u>	<u>1.041</u>

A Companhia e suas controladas não têm nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia e suas controladas também não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

11. INVESTIMENTOS

A composição é como segue:

	Controladora	
	30/06/2012	31/12/2011
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial:		
Pelo patrimônio líquido da controlada	2.783.454	2.041.021
Direito de exploração de atividade de geração - autorização	91.299	91.299
Subtotal	2.874.753	2.132.320
(-) Provisão para perda de investimento	(7.286)	-
	<u>2.867.467</u>	<u>2.132.320</u>

Participações em empresas controladas diretas e indiretas:

Informações gerais:

Controladas diretas	Quantidade	Participação	Patrimônio	Resultado	Participação		Resultado de	
	(mil) de	no	líquido	do	patrimônio líquido		equivalência patrimonial	
	ações/quotas	capital %		período	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	30/06/2011
Alto Irani	2.099	100%	140.964	3.784	140.964	137.180	3.784	4.453
Atlântica I	10.000	100%	944	(414)	944	-	(414)	-
Atlântica II	10.000	100%	766	(367)	766	-	(367)	-
Atlântica IV	10.000	100%	2.549	(382)	2.549	-	(382)	-
Atlântica V	10.000	100%	565	(540)	565	-	(540)	-
Baixa Verde	6.583	95%	1.923	35	1.827	8.088	33	(2)
Bio Alvorada	2.494	100%	1.946	(290)	1.946	2.236	(290)	-
Bio Buriiti	132.297	100%	130.512	(755)	130.512	131.269	(755)	-
Bio Coopcana	2.185	100%	1.945	(173)	1.945	2.118	(173)	-
Bio Energia	46.288	100%	57.440	603	57.440	56.576	603	-
Bio Formosa	119.000	100%	129.616	(746)	129.616	130.757	(746)	-
Bio Ipê	25.340	100%	25.990	393	25.990	25.597	393	-
Bio Pedra	140.030	100%	140.013	(136)	140.013	140.149	(136)	-
Boa Vista 1	870	100%	774	(3)	774	777	(3)	(1)
Boa Vista 2	2.730	100%	51.443	(13)	51.443	51.456	(13)	(13)
Cachoeira Grande	7.632	100%	9.253	22	9.253	9.231	22	(22)
Cajueiro	13.207	95%	3.990	19	3.791	16.473	18	(6)
Campos dos Ventos I	13.049	100%	14.310	(21)	14.310	14.332	(21)	-
Campos dos Ventos II	13.049	100%	14.077	(67)	14.077	14.144	(67)	-
Campos dos Ventos III	13.049	100%	14.325	(16)	14.325	14.341	(16)	-
Campos dos Ventos IV	64	100%	(3)	(67)	(3)	14.343	(67)	-
Campos dos Ventos V	13.049	100%	14.309	(31)	14.309	14.340	(31)	-
Chimay	75.854	0%	134.467	17.747	-	124.236	7.993	-
Costa Branca	15.333	95%	47.071	(92)	44.717	47.163	(87)	(89)
Costa das Dunas	15.123	90%	4.439	102	3.995	17.886	92	(1)
Eólica Holding	5	100%	(2)	(2)	(2)	-	(2)	-
Eurus V	57	100%	(8)	(65)	(8)	14.343	(65)	-
Eurus VI	6.536	100%	24.891	(25)	24.891	6.731	(25)	-
Farol de Touros	11.671	90%	3.104	(20)	2.794	13.574	(18)	(2)
Figueira Branca	6.447	100%	1.854	(19)	1.854	8.273	(19)	(2)
Gameleira	8.855	100%	3.338	44	3.338	11.295	44	(6)
Jantus SL	334.401	100%	202.826	16.682	202.826	186.143	16.682	-
Jayaditya	17.691	0%	41.285	6.418	-	43.715	4.468	-
Juremas	14.816	95%	40.755	(11)	38.717	40.766	(10)	(45)
Macacos	16.223	95%	49.979	(54)	47.480	50.033	(51)	(144)
Mohini	59.933	0%	81.170	13.684	-	85.094	7.865	-
Navegantes	194	95%	121	(28)	115	149	(27)	(4)
PCH Holding	279.316	100%	687.599	6.125	694.399	524.610	6.125	10.399
PCH Holding 2	1	100%	(7.191)	(7.191)	(7.191)	1	(7.191)	-
PCH Participações	1.101	41%	668.906	(2.566)	274.251	1	(1.052)	-
Pedra Preta	15.362	95%	49.604	(7)	47.124	49.611	(7)	(73)
Penedo	1.868	100%	25.957	(19)	25.957	25.976	(19)	(3)
Plano Alto	1.527	100%	103.527	2.551	103.527	100.976	2.551	3.265
Salto Côes	50.793	100%	85.451	(470)	85.451	85.921	(470)	(940)
Santa Clara I	107.417	100%	135.318	(239)	135.318	108.677	(239)	-
Santa Clara II	100.560	100%	123.503	365	123.503	102.196	365	-
Santa Clara III	69.993	100%	123.172	(3)	123.172	71.066	(3)	-
Santa Clara IV	46.159	100%	120.310	131	120.310	47.371	131	-
Santa Clara V	26.161	100%	112.749	138	112.749	44.846	138	-
Santa Clara VI	43.714	100%	116.466	(25)	116.466	27.049	(25)	-
Santa Cruz	6.707	100%	7.093	12	7.093	7.081	12	(21)
Santa Mônica	11.101	100%	11.397	(5)	11.397	11.402	(5)	-
Santa Úrsula	11.101	100%	11.398	(5)	11.398	11.403	(5)	-
São Benedito	11.101	100%	11.376	(5)	11.376	11.381	(5)	-
São Domingos	11.101	100%	11.384	(10)	11.384	11.394	(10)	-
Solar 1	4	100%	(8)	(8)	(8)	-	(8)	-
Sul Centrais Elétricas	14.183	0%	16.181	689	-	18.238	467	-
T-15	25.543.040	100%	270.156	14.725	270.156	(1)	14.725	-
Tombo	1.211	100%	18.512	(10)	18.512	18.522	(10)	(24)
Ventos de Santo Dimas	11.101	100%	11.330	(5)	11.330	11.335	(5)	-
Ventos de São Martinho	11.101	100%	11.363	(9)	11.363	11.372	(9)	-
			4.118.494	69.355	3.447.110	2.733.236	53.123	16.719

Controladas indiretas	Quantidade	Participação	Patrimônio	Resultado	Participação		Resultado de	
	(mil) de	no			patrimônio líquido		equivalência patrimonial	
	ações/quotas	capital %	líquido	período	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	30/06/2011
		30/06/2012						
Aiuruoca	21.303	100%	13.438	(19)	13.438	13.397	(19)	(92)
Arvoredo	45.910	100%	60.208	1.277	60.208	49.714	1.277	1.095
Barra da Paciência	31.096	100%	61.836	3.742	61.836	37.655	3.742	2.038
Bons Ventos	247.720	100%	247.720	(215)	247.720	-	(215)	-
BVP	311.106	100%	170.890	1.568	170.890	-	1.568	-
Chimay	75.854	100%	134.467	17.747	134.467	-	9.754	-
Cocais Grande	15.290	100%	24.729	449	24.729	15.389	449	840
Corrente Grande	27.337	100%	52.663	1.180	52.663	30.517	1.180	874
Cural Velho	-	100%	-	-	-	-	-	-
Eólica Formosa	92.900	100%	66.570	(976)	66.570	57.266	(976)	-
Eólica Icaraizinho	57.930	100%	55.530	(6.976)	55.530	51.939	(6.976)	-
Eólica Paracuru	22.230	100%	26.751	(4.810)	26.751	24.433	(4.810)	-
Eólica Quintanilha Machado	1	100%	3.295	170	3.295	-	170	-
Jayaditya	17.691	100%	41.285	6.418	41.285	-	1.950	-
Mohini	59.933	100%	81.170	13.684	81.170	-	5.746	-
Ninho da Água	33.805	100%	46.072	1.350	46.072	34.987	1.350	1.342
PaioI	27.381	100%	42.319	3.007	42.319	33.424	3.007	3.714
PCH Participações	1.101	59%	668.906	(2.619)	394.655	1	(1.545)	-
Pontal das Falésias	-	100%	-	-	-	-	-	-
Praia do Atalaia I	-	100%	-	-	-	-	-	-
Praia do Atalaia II	-	100%	-	-	-	-	-	-
Praia do Atalaia III	-	100%	-	-	-	-	-	-
Praia do Atalaia IV	-	100%	-	-	-	-	-	-
Praia do Atalaia V	-	100%	-	-	-	-	-	-
Praia do Atalaia VI	-	100%	-	-	-	-	-	-
Santa Luzia	89.051	100%	97.073	2.821	97.073	94.252	2.821	-
São Gonçalo	28.676	100%	39.386	1.762	39.386	31.165	1.762	1.750
SIIF Cinco	24.030	100%	17.054	(1.487)	17.054	14.737	(1.487)	-
SIIF Desenvolvimento	1.958	100%	26.035	1.191	26.035	(25.283)	1.191	-
SIIF Energies	327.895	100%	327.895	(14.814)	327.895	328.818	(14.814)	-
Sul Centrais Elétricas	14.183	100%	16.181	689	16.181	18.238	222	-
Varginha	20.587	100%	34.011	566	34.011	22.090	566	675
Varzea Alegre	24.580	100%	31.525	436	31.525	24.666	436	57
			2.387.009	26.141	2.112.758	857.405	6.349	12.293

Movimentação dos investimentos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 - controladora:

	31/12/2011		30/06/2012					Saldo final dos investimentos
	Saldo inicial dos investimentos	Aumento / (Reduções) de capital	Capitalização de Juros	Aquisição de Investimento	Transferência de Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	
Aiuruoca	-	-	-	-	-	-	-	-
Alto Irani	24.313	2.078	-	-	-	3.784	-	30.175
Atlântica I	-	-	-	1.359	-	(414)	-	945
Atlântica II	-	-	-	1.133	-	(367)	-	766
Atlântica IV	-	-	-	2.931	-	(382)	-	2.549
Atlântica V	-	-	-	1.105	-	(540)	-	565
Baixa Verde	6.467	(6.202)	-	-	-	33	-	298
Bio Alvorada	2.235	-	-	-	-	(290)	-	1.945
Bio Coopcana	2.118	-	-	-	-	(173)	-	1.945
Boa Vista 1	776	-	-	-	-	(3)	-	773
Boa Vista 2	2.583	-	-	-	-	(13)	-	2.570
Cachoeira Grande	7.479	-	-	-	-	22	-	7.501
Cajueiro	12.968	(12.505)	-	-	-	18	-	481
Campos dos Ventos I	14.332	-	-	-	-	(21)	-	14.311
Campos dos Ventos II	14.144	-	-	-	-	(67)	-	14.077
Campos dos Ventos III	14.341	-	-	-	-	(16)	-	14.325
Campos dos Ventos IV	14.343	(14.280)	-	-	-	(67)	-	(4)
Campos dos Ventos V	14.340	-	-	-	-	(31)	-	14.309
Chimay	124.237	9.679	-	-	(124.710)	7.993	(17.199)	-
Costa Branca	14.505	(728)	-	-	-	(87)	-	13.690
Costa das Dunas	14.323	(13.556)	-	-	-	92	-	859
Bio Burity	131.268	-	-	-	-	(755)	-	130.513
Bio Formosa	130.362	-	-	-	-	(746)	-	129.616
Bio Ipê	26.006	-	713	-	-	393	-	27.112
Bio Pedra	142.034	-	2.700	-	-	(136)	-	144.598
Bio Energia	56.836	-	-	-	-	603	-	57.439
Sul Centrais Elétricas	18.238	-	-	-	(15.959)	467	(2.746)	-
Eólica Holding	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Eurus V	14.343	(14.286)	-	-	-	(65)	-	(8)
Eurus VI	6.811	18.184	346	-	-	(25)	-	25.316
Farol de Touros	10.858	(10.455)	-	-	-	(18)	-	385
Figueira Branca	6.665	(6.400)	-	-	-	(19)	-	246
Gameleira	9.151	(8.000)	-	-	-	44	-	1.195
Jayaditya	43.715	-	-	-	(39.335)	4.468	(8.848)	-
Jantus SL	186.142	-	-	-	-	16.682	-	202.824
Juremas	13.879	(702)	-	-	-	(10)	-	13.167
Macacos	14.803	(743)	-	-	-	(51)	-	14.009
Mohini	85.094	-	-	-	(75.424)	7.865	(17.608)	(73)
Navegantes	149	(8)	-	-	-	(27)	-	114
PCH Participações	-	275.351	-	-	-	(1.052)	-	274.299
PCH Holding	297.463	156.864	-	-	-	6.125	-	460.452
PCH Holding 2	-	-	-	-	-	(7.191)	-	(7.191)
Pedra Preta	14.374	(719)	-	-	-	(7)	-	13.648
Penedo	1.766	-	-	-	-	(19)	-	1.747
Plano Alto	16.992	-	-	-	-	2.551	-	19.543
Salto Góes	49.330	-	-	-	-	(470)	-	48.860
Santa Clara I	111.347	25.279	3.338	-	-	(239)	-	139.725
Santa Clara II	103.168	20.942	3.000	-	-	365	-	127.475
Santa Clara III	71.834	52.109	2.658	-	-	(3)	-	126.598
Santa Clara IV	47.983	72.808	2.094	-	-	131	-	123.016
Santa Clara V	45.441	67.766	1.956	-	-	138	-	115.301
Santa Clara VI	25.919	91.043	1.572	-	-	(25)	-	118.509
Santa Cruz	6.231	-	-	-	-	12	-	6.243
Santa Mônica	11.402	-	-	-	-	(5)	-	11.397
Santa Úrsula	11.403	-	-	-	-	(5)	-	11.398
São Benedito	11.381	-	-	-	-	(5)	-	11.376
São Domingos	11.394	-	-	-	-	(10)	-	11.384
T-15	-	1	-	-	255.428	14.725	-	270.154
Tombo	1.028	-	-	-	-	(10)	-	1.018
Solar 1	-	-	-	-	-	(8)	-	(8)
Ventos de Santo Dimas	11.335	-	-	-	-	(5)	-	11.330
Ventos de São Martinho	11.372	-	-	-	-	(9)	-	11.363
Total do investimento - líquido	2.041.021	703.520	18.377	6.528	-	53.123	(46.401)	2.776.168
Provisão para perda de investimento (*)								7.286
Total do investimento								2.783.454

(*) Valor reclassificado para o passivo não circulante

Direitos de exploração:

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía saldo de direito de exploração das seguintes SPEs:

	<u>Controladora</u>	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Campos dos Ventos I	3.641	3.641
Campos dos Ventos II	5.578	5.578
Campos dos Ventos III	3.641	3.641
Campos dos Ventos IV	3.642	3.642
Campos dos Ventos V	3.642	3.642
Eurus V	3.642	3.642
Eurus VI	1.273	1.273
Santa Clara I	5.077	5.077
Santa Clara II	5.077	5.077
Santa Clara III	5.077	5.077
Santa Clara IV	5.077	5.077
Santa Clara V	5.077	5.077
Santa Clara VI	5.077	5.077
Santa Mônica	5.963	5.963
Santa Ursula	5.963	5.963
São Benedito	5.963	5.963
São Domingos	5.963	5.963
Ventos de Santo Dimas	5.963	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	5.963
	91.299	91.299

- a) O valor alocado como direito de exploração refere-se à diferença entre o valor justo dos ativos e passivos das controladas adquiridas e o custo de aquisição. O valor será amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações, a partir da entrada em operação dos empreendimentos. Em 30 de junho de 2012 nenhum empreendimento apresentado na tabela acima tinha iniciado suas operações.
- b) Em 30 de junho de 2012 a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

12. IMOBILIZADO

Controladora	Controladora				
	Taxa	30/06/2012			31/12/2011
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	5 a 6	1.155	(299)	856	852
Máquinas e equipamentos	5 a 6	1.924	(377)	1.547	1.465
Edificações, obras civis e	2 a 3	1.453	(165)	1.288	1.313
Terrenos	-	2.254	-	2.254	2.254
Veículos	8 a 9	573	(72)	501	474
Imobilizado em curso	-	1.136	-	1.136	-
Total controladora		<u>8.495</u>	<u>(913)</u>	<u>7.582</u>	<u>6.358</u>

Custo	Controladora				
	31/12/2011	Adição	Baixa	Transferência	30/06/2012
Móveis e utensílios	1.116	39	-	-	1.155
Máquinas e equipamentos	1.721	203	-	-	1.924
Edificações, obras civis e	1.453	-	-	-	1.453
Terrenos	2.254	-	-	-	2.254
Veículos	494	79	-	-	573
Imobilizado em curso	-	1.136	-	-	1.136
Total controladora	<u>7.038</u>	<u>1.457</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.495</u>

Depreciação	Controladora				
	31/12/2011	Adição	Baixa	Transferência	30/06/2012
Móveis e utensílios	(264)	(35)	-	-	(299)
Máquinas e equipamentos	(256)	(121)	-	-	(377)
Edificações, obras civis e	(140)	(25)	-	-	(165)
Veículos	(20)	(52)	-	-	(72)
Total controladora	<u>(680)</u>	<u>(233)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(913)</u>
Total imobilizado	<u>6.358</u>	<u>1.224</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.582</u>

Consolidado					
Consolidado	Taxa	30/06/2012			31/12/2011
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	5 a 6	78.828	(1.530)	77.298	97.310
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias	2 a 3	1.351.398	(270.711)	1.080.687	1.059.660
Máquinas e equipamentos	5 a 6	2.244.391	(340.712)	1.903.679	1.013.345
Móveis e utensílios	5 a 6	4.667	(1.507)	3.160	3.385
Veículos	8 a 9	1.101	(252)	849	896
Imobilizado em curso	-	1.154.613	-	1.154.613	943.861
Total Consolidado		4.834.998	(614.712)	4.220.286	3.118.457

Consolidado						
Custo	31/12/2011	Aquisição BVP	Adição	Baixa	Transferência (*)	30/06/2012
Terrenos	78.768	60	-	-	-	78.828
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias	1.204.312	179.269	14.867	(4.619)	(42.431)	1.351.398
Máquinas e equipamentos	1.342.810	490.903	63.407	(2.840)	350.111	2.244.391
Móveis e utensílios	4.676	156	169	(269)	(65)	4.667
Veículos	1.084	-	76	(59)	-	1.101
Imobilizado em curso	943.861	-	585.140	-	(374.388)	1.154.613
Total consolidado	3.575.511	670.388	663.659	(7.787)	(66.773)	4.834.998

Consolidado						
Depreciação	31/12/2011	Aquisição BVP	Adição	Baixa	Transferência	30/06/2012
Terrenos	-	-	(1.530)	-	-	(1.530)
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias	(229.279)	(21.233)	(20.199)	-	-	(270.711)
Máquinas e equipamentos	(226.180)	(77.612)	(36.920)	-	-	(340.712)
Móveis e utensílios	(1.392)	(48)	(234)	167	-	(1.507)
Veículos	(203)	-	(108)	59	-	(252)
Total consolidado	(457.054)	(98.893)	(58.991)	226	-	(614.712)
Total imobilizado	3.118.457	571.495	604.668	(7.561)	(66.773)	4.220.286

(*) Deste total, incluem R\$66.773 referente a reversão de provisão para custos socioambientais. (nota explicativa n°19)

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía saldo de imobilizado em curso das seguintes SPEs:

Imobilizado em Curso	Saldo líquido		Data prevista de entrada em operação (Informação não revisada pelos auditores independentes)
	30/06/2012	31/12/2011	
Aiuropa	11.467	11.451	(*)
Baixa Verde	129	91	(*)
Bio Alvorada	28.094	3.369	(*)
Bio Buriti	-	131.509	Em operação
Bio Coopcana	24.555	3.494	(*)
Bio Formosa	-	126.966	Em operação
Bio Ipê	-	23.939	Em operação
Bio Pedra	-	165.092	Em operação
Boa Vista I	282	282	(*)
Boa Vista II	1.241	1.241	(*)
Cachoeira Grande	3.455	3.326	(*)
Cajueiro	90	89	(*)
Complexo Atlantica	88.601	-	(*)
Complexo Campos dos Ventos	32.834	33.160	set/13
Complexo Santa Clara	712.018	290.864	jul/12
Costa Branca	17.700	13.321	set/13
Costa das Dunas	331	281	(*)
Farol de Touros	177	177	(*)
Figueira Branca	97	97	(*)
Gameleira	549	545	(*)
Jurema	11.583	7.432	set/13
Macacos	41.083	10.245	set/13
Navegantes	154	154	(*)
Pedra Preta	14.876	11.361	set/13
Penedo	985	985	(*)
Salto Góes	91.991	61.282	mar/13
Santa Cruz	3.537	3.482	(*)
Santa Mônica	7.614	6.642	jul/14
Santa Úrsula	7.003	6.125	jul/14
São Benedito	7.077	6.187	jul/14
São Domingos	7.471	6.498	jul/14
Tombo	933	1.033	(*)
Ventos de Santo Dimas	7.615	6.643	jul/14
Ventos de São Martinho	7.466	6.498	jul/14
Outros projetos	23.605	-	(*)
Total	1.154.613	943.861	

(*) Empreendimentos em fase de preparação

No final do prazo da autorização, os ativos das empresas de energia eólica podem ser vendidos a terceiros. No caso das PCHs, no final do prazo de autorização são devolvidos ao poder público.

A contribuição de capital com determinados ativos de geração das empresas integrantes do Grupo CPFL, realizada na data-base 30 de junho de 2011, na atual CPFL Renováveis, incluiu saldo de R\$56.973, líquido de amortização acumulada até aquela data, referente ao custo atribuído dos bens do imobilizado (“deemed cost”), registrado no processo de convergência das novas normas contábeis brasileiras. Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído, enquanto outros ativos de empreendimentos recentemente construídos foram mantidos ao custo de aquisição, que na avaliação da Administração estavam próximos dos respectivos valores de mercado. Parte desses ativos imobilizados foi avaliada ao seu respectivo valor de mercado, com base em laudo de avaliação preparado por empresa de engenharia independente, especializada em avaliação patrimonial. O saldo líquido da mais-valia, no montante de R\$56.973, foi registrado no patrimônio líquido na rubrica “Reserva de lucros - ajuste de avaliação patrimonial”. Em 30 de junho de 2012, o saldo desta rubrica era de R\$54.570.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos.

Em 2012, foi registrada despesa de depreciação e amortização (outros intangíveis - nota explicativa nº 13) no montante de R\$59.621 (consolidado), classificada no grupo “Custos de geração de energia” e R\$684 (consolidado) na rubrica “Depreciação” no grupo e despesas e receitas operacionais.

13. INTANGÍVEL

A composição do intangível é como segue:

	Controladora				
	30/06/2012				31/12/2011
	Saldo Inicial	Adição	Amortização	Liquido	Liquido
Direito de exploração	1.719.767	22.833	(25.147)	1.717.453	1.719.767
Outros intangíveis	3.967	4.125	(451)	7.641	3.967
Total	1.723.734	26.958	(25.598)	1.725.094	1.723.734
	Consolidado				
	30/06/2012				31/12/2011
	Saldo Inicial	Adição	Amortização	Liquido	Liquido
Direito de exploração	2.299.807	761.913	(47.225)	3.014.495	2.299.807
Outros intangíveis	31.679	4.310	(630)	35.359	31.679
Total	2.331.486	766.223	(47.855)	3.049.854	2.331.486

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía saldo de direito de exploração e outros intangíveis das seguintes SPEs:

	Consolidado				
	30/06/2012				31/12/2011
	Custo	Adição	Amortização	Líquido	Líquido
Aiuruoca	52.230	-	(1.388)	50.842	52.230
Alto Irani	164.557	2.082	(3.965)	162.674	164.557
Arvoredo	37.722	-	(1.067)	36.655	37.722
Atlânticas I	-	6.619	-	6.619	-
Atlânticas II	-	6.619	-	6.619	-
Atlânticas IV	-	6.619	-	6.619	-
Atlânticas V	-	6.619	-	6.619	-
Baixa Verde	2.436	-	-	2.436	2.436
Barra da Paciência	66.738	-	(1.815)	64.923	66.738
Boa Vista II	74.049	-	-	74.049	74.049
Bons Ventos	-	730.153	(3.042)	727.111	-
Cachoeira Grande	2.654	-	-	2.654	2.654
Cajueiro	5.278	-	-	5.278	5.278
Campos dos Ventos I	3.227	-	-	3.227	3.227
Campos dos Ventos II	5.576	-	-	5.576	5.576
Campos dos Ventos III	3.227	-	-	3.227	3.227
Campos dos Ventos IV	3.227	-	-	3.227	3.227
Campos dos Ventos V	3.227	-	-	3.227	3.227
Cocais Grande	29.017	-	(747)	28.270	29.017
Corrente Grande	40.623	-	(1.067)	39.556	40.623
Costa Branca	49.482	-	-	49.482	49.482
Costas das Dunas	5.278	-	-	5.278	5.278
Eurus V	3.225	-	-	3.225	3.225
Eurus VI	1.273	-	-	1.273	1.273
Farol de Touros	4.060	-	-	4.060	4.060
Figueira Branca	2.436	-	-	2.436	2.436
Foz do Rio Choró	138.792	-	(3.307)	135.485	138.792
Gameleira	3.248	-	-	3.248	3.248
Icarazinho	350.607	-	(8.355)	342.252	350.607
Juremas	40.751	-	-	40.751	40.751
Macacos	53.384	-	-	53.384	53.384
Ninho da Águia	29.017	-	(747)	28.270	29.017
Paíol	58.033	-	(1.601)	56.432	58.033
Paracuru	233.010	-	(5.553)	227.457	233.010
PCH Holding 2	88.167	-	(1.403)	86.764	88.167
Pedra Preta	53.390	-	-	53.390	53.390
Penedo	36.682	-	-	36.682	36.682
Plano Alto	124.753	-	(2.994)	121.759	124.753
Praia Formosa	225.530	3.202	(6.131)	222.601	225.530
Salto Goes	55.442	-	-	55.442	55.442
Santa Clara I	5.077	-	-	5.077	5.077
Santa Clara II	5.077	-	-	5.077	5.077
Santa Clara III	5.077	-	-	5.077	5.077
Santa Clara IV	5.077	-	-	5.077	5.077
Santa Clara V	5.077	-	-	5.077	5.077
Santa Clara VI	5.077	-	-	5.077	5.077
Santa Cruz	1.288	-	-	1.288	1.288
Santa Mônica	5.963	-	-	5.963	5.963
Santa Ursula	5.963	-	-	5.963	5.963
São Benedito	5.963	-	-	5.963	5.963
São Domingos	5.963	-	-	5.963	5.963
São Gonçalo	31.918	-	(854)	31.064	31.918
SIIF Desenvolvimento	75.631	-	(1.802)	73.829	75.631
Tombo	26.505	-	-	26.505	26.505
Varginha	26.115	-	(747)	25.368	26.115
Várzea Alegre	21.762	-	(640)	21.122	21.762
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	-	5.963	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	-	5.963	5.963
Direito de autorização	2.299.807	761.913	(47.225)	3.014.495	2.299.807
Outros intangíveis	31.679	4.310	(630)	35.359	31.679
Saldo em 30 de junho de 2012	2.331.486	766.223	(47.855)	3.049.854	2.331.486

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, no consolidado foi registrada despesa de amortização do direito de exploração no valor de R\$47.225, classificada no grupo “Despesas operacionais”.

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração, pelo método da linha reta.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

O valor alocado como direito de exploração refere-se à diferença entre o valor justo dos ativos e passivos das controladas adquiridas e o custo de aquisição. O valor é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações, a partir da entrada em operação dos empreendimentos.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	2.911	-	6.256	-
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	2.192	-
Materiais e serviços (a)	2.847	1.761	62.062	57.495
Total	5.758	1.761	70.510	57.495
Não Circulante				
Materiais e serviços (b)	-	-	5.818	-
Total	-	-	5.818	-
Total	5.758	1.761	76.328	57.495

- a) O saldo de materiais e serviços é composto por obrigações com pagamento a fornecedores e prestação de serviços de engenharia e construção dos ativos de geração atualmente em implantação. Deste total, R\$30.429 são referentes ao contrato de prestação de serviços para construção do complexo eólico Atlântica e R\$17.604 referentes a prestação de serviços na controlada direta BVP com partes não relacionadas.
- b) A controlada indireta Bons Ventos S.A. assinou contrato com fornecedor de aerogerador, o qual prevê que a parcela final seja liquidada em 2014 no valor de R\$5.818, correspondente a 1,2% do valor do contrato original.

A CPFL Renováveis coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” em 30 de junho de 2012 está apresentado a seguir:

Agente Financiador	Controladora					
	30/06/2012				31/12/2011	
	Circulante		Total	Não Circulante		Total
	Encargos	Principal	Circulante	Principal		
BNDES	10.099	41.517	51.616	842.814	894.430	613.829

Agente Financiador	Consolidado					
	30/06/2012				31/12/2011	
	Circulante		Total	Não Circulante		Total
	Encargos	Principal	Circulante	Principal		
BNDES (a), (b), (c), (e), (h), (j), (k) e (l)	12.184	114.884	127.068	1.650.304	1.777.372	1.248.059
SAFRA (d)	498	22.000	22.498	52.250	74.748	74.948
Banco do Nordeste do Brasil (f) e (h)	1.020	17.601	18.621	316.028	334.649	151.712
HSBC (g)	2.170	56.000	58.170	339.805	397.975	-
Nordic Investment Bank (h)	-	7.025	7.025	68.640	75.665	-
Capital de giro (i)	725	79.490	80.215	-	80.215	424
	16.597	297.000	313.597	2.427.027	2.740.624	1.475.143

- a) Em 2008, o BNDES aprovou a contratação de operações de financiamentos no valor total de até R\$471.484 a serem utilizados nos empreendimentos de dez PCHs, indiretamente controladas, originárias da ERSA, com encargos baseados na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, mais 1,95% ao ano. Em virtude da postergação da construção da SPE Aiuruoca foi pedido o cancelamento parcial do financiamento. Assim, a contratação dessas operações de financiamento totalizou o montante de R\$404.105 (valor original). Os empréstimos às demais SPEs compreendidas neste financiamento estão em fase de amortização, com o prazo de 168 meses. O saldo devedor em 30 de junho de 2012 é de R\$400.687.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são:

- A PCH Holding S.A., controlada direta da Companhia, é devedora solidária.
- Até a conclusão físico-financeira, a Companhia é devedora solidária e constituiu fianças bancárias de 50% do valor da dívida.
- Penhor das ações das SPEs detidas pela PCH Holding S.A.
- Penhor das ações da PCH Holding S.A. detidas pela Companhia.
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração de potencial hidrelétrico.
- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias de Fontes Incentivadas - CCEIs.
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) - vide nota explicativa nº 6.

- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.
- Seguro garantia dos principais fornecedores.

A Companhia atendeu todos os “covenants” em 30 de junho de 2012 (informação não revisada pelos auditores independentes).

- b) Em 2010, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$574.098, na modalidade FINEM, que serão destinados para as controladas diretas Santa Clara I a VI e Eurus VI, com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,72% ao ano e prazo de amortização de 192 meses.

Até 30 de junho de 2012, foi liberado o montante de R\$525.012. O saldo remanescente, de R\$49.086, deve ser liberado até abril de 2013. Em decorrência da reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 1.1, esta dívida passou a ser registrada na CPFL Renováveis a partir de 1º de agosto de 2011. O saldo devedor em 30 de junho de 2012 é de R\$547.995.

- c) Também em 2010, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$398.547, que serão destinados às controladas diretas CPFL Bio Formosa, CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Ipê e CPFL Bio Buriti. Os financiamentos possuem 2 tranches, sendo a primeira com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,87% a 1,90% ao ano e a segunda com encargos fixos de 5,5% ao ano. O prazo de amortização varia entre 96 meses e 168 meses. Até 30 de junho de 2012, foi liberado o montante de R\$323.959 e o saldo remanescente de R\$74.588 está previsto para ser liberado até dezembro de 2012. Os juros iniciaram-se em janeiro de 2012, e serão pagos mensalmente, com exceção da CPFL Bio Pedra, que será a partir de agosto de 2012. Em decorrência da reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 1.1, esta dívida passou a ser registrada na CPFL Renováveis a partir de 1º de agosto de 2011. O saldo devedor em 30 de junho de 2012 é de R\$339.770.

As principais garantias vinculadas aos financiamentos descritos nos itens (b) e (c) anteriores são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.
- Alienação fiduciária de equipamentos.
- Cessão fiduciária de direitos creditórios.
- Penhor de cotas (em alguns casos).

A Companhia atendeu todos os covenants em 30 de junho de 2012 (informação não revisada pelos auditores independentes).

d) Operação com o Banco Safra S.A. nas controladas Plano Alto e Alto Irani:

Em julho de 2009, foi realizada operação com o Banco Safra S.A., com o objetivo de liquidar antecipadamente a totalidade das dívidas das SPEs Alto Irani e Plano Alto com o BNDES e a “International Finance Corporation - IFC”, mediante repasses do Banco Sudameris S.A. e do Banco Santander S.A. Na oportunidade, a SPE Alto Irani e a SPE Plano Alto realizaram operação de aumento de capital, na qual o Banco Safra S.A. subscreveu 923.077 ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e 796.663 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto (operação de troca de dívida).

Dessa forma, o Banco Safra S.A. integralizou R\$63.000 na SPE Alto Irani e R\$42.789 na SPE Plano Alto, parte em créditos contra as SPEs e parte em dinheiro.

Adicionalmente, nessa mesma transação o Banco Safra S.A. adquiriu da Companhia 78.407 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto por R\$4.211.

As ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e da SPE Plano Alto possuem as seguintes características principais:

- Resgates anuais a partir de dezembro de 2010 até dezembro de 2014.
- Dividendos semestrais calculados com base na taxa do CDI acrescida de 0,4% ao ano (encargo financeiro efetivo).

Com base nas características do instrumento, a Administração registrou as ações preferenciais resgatáveis como passivo financeiro, dentro da rubrica de Empréstimos e Financiamentos.

Em caso de descumprimento no cronograma de resgates ou de pagamento de dividendos pelo período de um ano, fica assegurada a prerrogativa de conversão das ações preferenciais em ordinárias na proporção necessária para que as preferenciais convertidas representem 50% mais uma ação da SPE inadimplente.

No âmbito da transação anteriormente referida, foram assinados Acordos de Acionistas entre a Companhia e o Banco Safra S.A., tendo como intervenientes as SPEs Alto Irani e Plano Alto.

Além disso, foi aprovada uma política de restrições de endividamento para as SPEs Plano Alto e Alto Irani, a qual foi cumprida até 30 de junho de 2012.

O saldo devedor em 30 de junho de 2012 é de R\$74.748.

e) Empréstimos oriundos da Santa Luzia:

Em 2009, o BNDES aprovou a contratação de operações de financiamentos no valor original de R\$91.350 e de R\$32.372, com encargos baseados na TJLP, mais 2,8% e 3,4% ao ano, respectivamente, utilizados na realização do projeto de construção de PCH, com capacidade de 28,5 MW, nos Municípios de São Domingos e Ipuacú, no Estado de Santa Catarina. Os valores liberados foram 100% desembolsados. Em 20 de julho de 2011, a carência foi prorrogada de junho de 2011 para dezembro de 2011; sendo assim, a primeira amortização ocorreu em 15 de janeiro de 2012. O prazo de amortização é de 143 meses. O saldo devedor em 30 de junho de 2012 é de R\$130.265.

As principais garantias vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Penhor de 100% de receita de todos os contratos de compra e venda de energia elétrica.
- Penhor dos direitos emergentes da autorização da ANEEL, conforme Resolução ANEEL nº 696 de 17 de dezembro de 2002.
- Alienação fiduciária dos bens adquiridos com o financiamento.
- Os acionistas constituíram penhor sobre a totalidade das ações, de sua titularidade, representativas nesta data a 100% do capital social da PCH Santa Luzia.
- Comparecem como garantidores a PCH Holding 2 S.A. e a CPFL Renováveis, na condição de responsáveis pelo cumprimento integral das obrigações decorrentes do referido contrato e também nas hipóteses de vencimento antecipado da dívida.
- Fiel depositário das máquinas e equipamentos

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas (“covenants”), determinando alguns compromissos assumidos pela Companhia, os quais podem ou não acarretar vencimento antecipado dos títulos, quais sejam, resumidamente:

- Retardamento ou paralisação de obras.
- Inexecução das obras no prazo contratual.
- Aplicação dos recursos com finalidade diversa da prevista.
- Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de dispositivos que limitem, restrinjam o controle das empresas pelos respectivos controladores, relacionados à capacidade de crescimento, ao desenvolvimento tecnológico ou ao prejuízo da capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação.
- Extinção, término ou revogação da autorização da ANEEL para exploração da PCH Santa Luzia.

A SPE Santa Luzia cumpre regularmente todas as cláusulas contratuais (informação não revisada pelos auditores independentes). Para a transferência do controle da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.4, foi obtida anuência do BNDES e do Banco do Brasil, resultando na não antecipação do vencimento da dívida.

f) Empréstimos oriundos da Jantus:

Em 2008, as controladas da Jantus assinaram acordos de empréstimos com o Banco do Nordeste do Brasil S.A - BNB com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, com encargos fixos de 8,08% ao ano e vencimento em 2028. O saldo devedor em 30 de junho de 2012 é de R\$148.685.

Antes da liberação desses recursos, as controladas da Jantus incorreram em despesas de estruturação financeira que foram consideradas como custos de captação, e estão sendo amortizados pelos prazos dos contratos.

As principais garantias dessas dívidas são:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos das controladas no valor de R\$56.663 garantidos ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB.
- Cessão e vinculação de receitas do contrato de compra e venda de energia assinados entre as controladas da SIIF Energies do Brasil Ltda. e a Eletrobrás.
- Garantia dada pela SIIF Energies do Brasil Ltda., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo.
- Ações das controladas de propriedade da Jantus.
- Manutenção de aplicação financeira em fundo de liquidez no valor de R\$16.599 (nota explicativa nº 6).
- Fiel depositário das máquinas e equipamentos.

g) Operação com o Banco HSBC Bank Brasil S.A. na controlada T-15 Energia S.A (T-15):

Em junho de 2012, foi realizada operação de captação de recursos com o Banco HSBC para aquisição do negócio Bons Ventos, utilizando como empresa veículo a nova controlada T-15, constituída para essa finalidade. O Banco HSBC subscreveu 2.927.994.471 ações preferenciais resgatáveis de emissão da T-15, integralizando R\$400.000 em caixa.

As ações preferenciais de emissão da T-15 possuem as seguintes características principais:

- Resgates anuais a partir de junho de 2013 até junho de 2020.
- Dividendos semestrais calculados com base na taxa do CDI acrescida de 0,5% ao ano.

Com base nas características do instrumento, a Administração registrou as ações preferenciais resgatáveis como passivo financeiro, dentro da rubrica Empréstimos e Financiamentos.

Em caso de descumprimento no cronograma de resgates ou de pagamento de dividendos por 3 períodos consecutivos ou 5 períodos durante a vigência do contrato, fica assegurada a prerrogativa de conversão das ações preferenciais em ordinárias na proporção de 1,01 ordinária para cada 1,00 preferencial.

No âmbito da transação anteriormente referida, foram assinados Acordos de Acionistas entre a Companhia e o Banco HSBC.

Além disso, foi aprovada uma política de restrições de endividamento para as SPEs controladas pela T-15, a qual foi cumprida até 30 de junho de 2012.

O saldo devedor em 30 de junho de 2012 é de R\$397.975, líquido de custo de captação.

h) Empréstimos oriundos da Bons Ventos:

Em 2009 e 2010, a Bons Ventos assinou acordos de empréstimos no valor de R\$198.633 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A - BNB com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, no valor de R\$258.456 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES e R\$85.135 com o Nordic Investment Bank - NIB.

Os empréstimos com o BNDES possuem encargos baseados na TJLP, TJLP acrescido de 1,92% ao ano e encargos fixos de 4,5% ao ano e vencimento em outubro de 2022, já os empréstimos junto ao BNB possuem encargos fixos de 10% ao ano e vencimento em outubro de 2029 enquanto que os empréstimos com o NIB possuem encargos baseados no IGP-M acrescido de 8,63% ao ano e vencimento em setembro de 2023.

Antes das liberações desses recursos, a Bons Ventos incorreu em despesas de estruturação financeira que foram consideradas como custos de captação, e estão sendo amortizadas pelos prazos dos contratos.

O saldo devedor da controlada Bons Ventos em 30 de junho de 2012 é de R\$490.497 sendo, R\$224.373 com o BNDES, R\$189.186 com o BNB e R\$76.938 com o NIB.

As principais garantias dessas dívidas são:

- Fiança corporativa da BVP S.A.
- Até a conclusão físico-financeira, fianças bancárias de 100% do valor da dívida.
- Penhor das ações da Bons Ventos S.A..
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração.
- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias de Fontes Incentivadas - CCEIs.
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) - vide nota explicativa nº 6.
- Alienação fiduciária de Máquinas e Equipamentos adquiridos para o projeto.
- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

A Companhia atendeu a todos os “covenants” em 30 de junho de 2012. (informação não revisada pelos auditores independentes).

i) Operação de Capital de Giro:

Em maio de 2012, as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica III, Atlântica IV, Alvorada e Coopcana assinaram contratos de financiamento, na modalidade de capital de giro, com o Banco do Brasil. O financiamento totalizou R\$79.490 para a utilização na construção de quatro empreendimentos eólicos e dois de biomassa, com encargos 108,50% do CDI ao ano. O saldo devedor em 30 de junho de 2012 é de R\$80.215.

Todo o montante foi liberado na assinatura do contrato e o financiamento deverá ser liquidado em julho de 2012.

j) Operação com o BNDES na controlada Salto Góes:

No segundo trimestre de 2012, o BNDES aprovou a contratação de operação de financiamento no valor total de até R\$85.244 a ser utilizado no empreendimentos na PCH Salto Góes, controlada direta, com encargos financeiros baseados na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida de 2,05% ao ano.

Até 30 de junho de 2012, foi desembolsado o montante de R\$50.653. O saldo remanescente, de R\$34.591, deve ser liberado até abril de 2013. O financiamento deverá ser amortizado a partir de outubro de 2013, com o prazo de 19 meses. O saldo devedor em 30 de junho de 2012 é de R\$51.021.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são:

- A CPFL Energias Renováveis S.A. é devedora solidária.
- Penhor das ações da Salto Góes Energia S.A. detidas pela CPFL Energias Renováveis S.A.
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração de potencial hidrelétrico.
- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias no Ambiente Regulado - CCEARs.
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) - vide nota explicativa nº 6.
- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

A Companhia atendeu a todos os “covenants” em 30 de junho de 2012.

k) Operação com o BNDES na controlada Bioenergia:

A controlada CPFL Bioenergia S.A. possuía saldo de dívida de R\$72.101 no período findo em 30/06/2012.

Refere-se a empréstimos contraídos com o Banco Itaú BBA S.A. nas modalidades BNDES FINEM com encargos baseados na TJLP acrescido de 1,90% ao ano e amortização mensal até maio de 2023 e BNDES FINAME com encargos pré-fixados à taxa de 4,50% ao ano e amortização mensal até novembro de 2019. O saldo devedor em 30 de junho de 2012 é de R\$72.701.

As principais garantias e cláusulas restritivas desse contratos de financiamento são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.
- Alienação fiduciária de equipamentos.
- Cessão fiduciária de direitos creditórios

A Companhia atendeu a todos os “covenants” em 30 de junho de 2012 (Informação não revisada pelos auditores independentes).

1) Outros empréstimos e financiamentos:

Referem-se a empréstimos contraídos com o Banco Itaú BBA S.A. e o Banco do Brasil S.A. na modalidade BNDES FINEM com encargos baseados na TJLP, acrescida de 3,10% e 4,30% ao ano, respectivamente, e amortização mensal até novembro de 2013 e junho de 2014 respectivamente. Estes empréstimos foram contraídos para a repotenciação das PCHs Capão Preto, Chibarro e Gavião Peixoto. O saldo devedor em 30 de junho de 2012 é de R\$6.665.

As principais garantias vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.
- Cessão fiduciária de direitos creditórios.

A Companhia atendeu a todos os “covenants” em 30 de junho de 2012 (Informação não revisada pelos auditores independentes).

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 está representada como segue:

Controladora					
31/12/2011	30/06/2012				
Saldo Inicial	Liberações	Juros	Amortização	Pgto Juros	Saldo Final
613.829	271.665	25.196	(10.253)	(6.007)	894.430

Consolidado						
31/12/2011	30/06/2012					
Saldo Inicial	Aquisição BVP	Liberações	Juros	Amortização	Pgto Juros	Saldo Final
1.475.143	494.563	798.879	64.862	(49.018)	(43.805)	2.740.624

O cronograma de previsão de pagamento dos empréstimos e financiamentos está apresentado a seguir:

Vencimento	Controladora	Consolidado
2013	59.597	235.979
2014	68.479	216.354
2015	67.262	196.513
2016	67.262	204.627
2017	67.262	208.624
2018 a 2022	291.597	982.530
2023 a 2027	176.354	325.391
2028 a 2029	45.001	57.009
Total - não circulante	842.814	2.427.027

16. DEBÊNTURES

	Controladora					
	30/06/2012				31/12/2011	
	Circulante		Total	Não Circulante	Total	Total
Encargos	Principal	Circulante	Principal			
Debêntures CPFL Renováveis	4.717	-	4.717	430.000	434.717	-
(-) Custos de captação	-	-	-	(3.673)	(3.673)	-
	<u>4.717</u>	<u>-</u>	<u>4.717</u>	<u>426.327</u>	<u>431.044</u>	<u>-</u>

Controladora							
31/12/2011		30/06/2012					
Saldo Inicial	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização Custo Captação	Amortização	Pgto Juros	Saldo Final
-	430.000	4.717	(3.673)	-	-	-	431.044

	Consolidado					
	30/06/2012				31/12/2011	
	Circulante		Total	Não Circulante	Total	Total
Encargos	Principal	Circulante	Principal			
Debêntures conversíveis FDNE - SUDENE (a)	5.213	27887	33.100	500.532	533.631	533.883
(-) Custos de captação	-	(1.516)	(1.516)	(14.792)	(16.307)	(17.073)
Debêntures CPFL Renováveis (c)	4.717	-	4.717	430.000	434.717	-
(-) Custos de captação	-	-	-	(3.673)	(3.673)	-
Debêntures PCH Holding 2 (b)	-	-	-	167.411	167.411	-
(-) Custos de captação	-	-	-	(2.056)	(2.056)	-
	<u>9.930</u>	<u>26.371</u>	<u>36.301</u>	<u>1.077.423</u>	<u>1.113.724</u>	<u>516.810</u>

Consolidado							
31/12/2011				30/06/2012			
Saldo Inicial	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização Custo Captação	Amortização	Pgto Juros	Saldo Final
516.810	588.193	35.429	(5.856)	894	(16.940)	(4.806)	1.113.724

O cronograma de previsão de pagamento das debêntures está apresentado a seguir:

Vencimento	Controladora	Consolidado
2013	-	19.552
2014	-	30.225
2015	47.717	60.768
2016	43.000	82.584
2017	43.000	82.712
2018 a 2022	215.000	588.875
2023 a 2027	77.610	184.721
2028 a 2029	-	27.985
Total - não circulante	426.327	1.077.423

a) Debêntures conversíveis - SPEs Paracuru, Icaraizinho, SIIF Cinco e Praia Formosa

As SPEs Paracuru, Icaraizinho, SIIF Cinco e Praia Formosa emitiram debêntures conversíveis com vencimento em 2028. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes à TJLP, acrescidas de uma sobretaxa efetiva de 1,00% ao ano, pagos semestralmente. Antes da liberação dos recursos, as SPEs incorreram em despesas de estruturação financeira de R\$17.320, que foram consideradas como custos de captação e contabilizadas como redutoras no grupo de debêntures, amortizadas pelo prazo do contrato.

As debêntures serão pagas em 39 parcelas semestrais e consecutivas, cujo início ocorreu em 2009 e o término será em 2028.

As principais garantias das debêntures são:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos no valor de R\$129.510 à SUDENE.
- Cessão e vinculação de receitas dos contratos de compra e de venda de energia assinados pela Eletrobrás com as controladas.
- A Garantia dada pela SIIF Energies do Brasil Ltda., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo.
- As ações das controladas de propriedade da SIIF Energies do Brasil Ltda.
- Manutenção de aplicação financeira em fundo de liquidez no valor de R\$21.064 (nota explicativa nº 6).

Processo de conversão

Em cada vencimento semestral, os debenturistas podem converter 50% das debêntures devidas naquela data em ações ordinárias das controladas, mantendo o controle das controladas pelo setor privado, com base no menor valor entre: (a) cotação média das ações dos últimos 30 dias negociadas em bolsa de valores nacionais; ou (b) valor patrimonial ajustado com base no balanço do último exercício social. Adicionalmente, as controladas da Jantus deverão obter, no prazo de 90 dias, a partir da data de comunicação da intenção de conversão feita pela SUDENE, o registro de companhia aberta na CVM.

O direito dos debenturistas de converter as debêntures em ações estará sujeito às seguintes condições: anúncio da intenção de converter para a Emissora, com pelo menos 120 dias de antecedência da data do pagamento do cronograma de amortização, que será objeto de conversão e se as controladas não efetuarem o pagamento antecipado pelo menos 5 dias úteis antes do vencimento da parcela.

As controladas da Jantus são obrigadas a cumprir determinadas cláusulas contratuais que incluem, entre outras, as seguintes:

- Não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir novas debêntures nem assumir novas dívidas sem prévia autorização da SUDENE e do BNB, excetuando-se os empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária das controladas, ou com finalidade de reposição ou substituição de material.
- Poderão remunerar os seus acionistas, semestralmente, desde que não estejam inadimplentes com as suas obrigações oriundas dos contratos de empréstimos.
- Obrigam-se a submeter previamente à SUDENE quaisquer propostas de mudanças no seu quadro societário, que ficam subordinadas à prévia aprovação da SUDENE, com a anuência do BNB.

Em 30 de junho de 2012, as controladas da Jantus estavam em conformidade com todas as cláusulas contratuais no âmbito dos acordos de financiamento e debêntures (Informação não revisada pelos auditores independentes).

Conforme análise da Administração, as debêntures conversíveis em ações não contêm instrumentos derivativos embutidos que deveriam ter sido bifurcados e avaliados a valor justo por meio do resultado. O entendimento da Administração é que as cláusulas do contrato desta operação, na sua essência, representam cláusulas de proteção à SUDENE, e, consequentemente, não deveriam ser separadas do contrato principal.

b) Debêntures não conversíveis - PCH Holding 2

Em janeiro de 2012, a PCH Holding 2 S.A. emitiu debêntures não conversíveis em ações, no montante de R\$ 158.193 com vencimento em 2023, para financiar a aquisição da PCH Santa Luzia. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do DI - Depósito Interbancário, acrescidas de uma sobretaxa de 1,60% ao ano, que serão pagos mensalmente a partir de junho de 2015. A amortização do principal será paga em 9 parcelas anuais e consecutivas, cujo início ocorrerá em junho de 2015 e o término em junho de 2023. Antes da liberação dos recursos, a companhia incorreu em despesas de estruturação financeira de R\$2.183, que foram consideradas como custos de captação, contabilizadas como redutoras no grupo de debêntures, amortizadas pelo prazo do contrato.

A principal garantia das debêntures é:

- A Garantia dada pela CPFL Energias Renováveis S.A., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo.

c) Debêntures não conversíveis - CPFL Renováveis

Em maio de 2012, a CPFL Energias Renováveis S.A. emitiu debêntures não conversíveis em ações, no montante de R\$ 430.000 com vencimento em 2022, para financiar a aquisição da Bons Ventos. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do DI - Depósito Interbancário, acrescidas de uma sobretaxa de 1,70% ao ano, que serão pagos semestralmente a partir de novembro de 2012. A amortização do principal será paga em 9 parcelas anuais e consecutivas, cujo início ocorrerá em maio de 2015 e o término em maio de 2023. Antes da liberação dos recursos, a companhia incorreu em despesas de estruturação financeira de R\$3.673, que foram consideradas como custos de captação, contabilizadas como redutoras no grupo de debêntures, amortizadas pelo prazo do contrato.

A principal garantia das debêntures é:

- Cessão fiduciária dos dividendos da PCH Holding S.A. e da BVP S.A.

17. CONTAS A PAGAR - PROJETOS

Na controladora e no consolidado, o saldo em 30 de junho de 2012 desta conta inclui R\$5.527 referentes à compra dos projetos de geração eólica, São Benedito, São Domingos, Santa Mônica, Santa Úrsula, Ventos de São Martinho e Ventos de Santo Dimas, todos localizados no Estado do Ceará, e Campos dos Ventos I, Campos dos Ventos III, Campos dos Ventos IV, Campos dos Ventos V e Eurus VI, todos localizados no Estado do Rio Grande do Norte. O valor será pago na entrada em operação desses parques eólicos e será corrigido pela inflação (IGP-M e IPCA). Adicionalmente, em junho de 2012, a Companhia adquiriu 100% das ações da sociedade BVP, restando o pagamento aos antigos acionistas no montante aproximado de R\$78.551, após a conclusão de auditoria do balanço de abertura (base de ajuste de preço), totalizando R\$84.078 nessa rubrica.

Em 2012, a Companhia liquidou o passivo de R\$152.442 (R\$151.534 referentes ao preço base e R\$908 referentes ao ajuste de preço) relacionado à aquisição da Santa Luzia Energética S.A. (ver Nota 1.4) e o valor de R\$18.432 relacionado à aquisição da Jantus (ver Nota 1.3), reconhecidos nesta rubrica em 31 de dezembro de 2011.

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES - CONSOLIDADO

Em 30 de junho de 2012, o saldo desta conta inclui o montante de R\$48.365 (R\$68.053 em 31 de dezembro de 2011), sendo o valor de R\$46.087 relativo ao faturamento antecipado efetuado à Eletrobrás, sem que tenha ocorrido o efetivo fornecimento de energia, de acordo com a energia de referência contratual. A parcela referente a controlada Jantus monta em R\$29.960 e a parcela da controlada Bons Ventos monta em R\$16.127. Adicionalmente, as controladas Bio Formosa e Bio Pedra apresentam R\$ 2.278 relativo a compra e venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização Energia Elétrica - CCEE e de outros clientes.

19. PROVISÕES PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO

19.1. Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de construção e operação das usinas em operação.

A Companhia tem como prática a revisão e atualização de suas provisões. No segundo trimestre de 2012 a Companhia revisou suas estimativas de gastos com custos socioambientais e, em decorrência desta, foi feita a reversão no valor total de R\$66.773 em contra partida ao imobilizado (lançamento original).

Em 30 de junho de 2012, o saldo total da provisão para custos socioambientais era de R\$1.941 no passivo circulante e R\$15.291 no passivo não circulante.

19.2. Provisões para desmobilização de ativos

A controladas indiretas assumiram obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Em 30 de junho de 2012, o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$7.330 registrada no passivo não circulante.

Desta maneira, os saldos totais registrados em 30 de junho de 2012 relativos a “Provisão para custos socioambientais e desmobilização” montam R\$1.941 no passivo circulante e R\$22.621 no passivo não circulante.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

O saldo das provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais encontra-se a seguir:

Controladora					
	31/12/2011	Provisão	Reversão	Transferência	30/06/2012
Trabalhista	-	266	(99)	-	167
Cíveis	-	571	-	-	571
Outros passivos contingentes	-	35	-	-	35
	-	872	(99)	-	773
Depósitos judiciais	-	(18)	-	-	(18)
Consolidado					
	31/12/2011	Provisão	Reversão	Transferência	30/06/2012
Trabalhista	360	345	(467)	-	238
Cíveis	571	572	(570)	93	666
Tributárias	93	-	-	(93)	-
Outros passivos contingentes	13.950	10.035	-	-	23.985
Total	14.974	10.952	(1.037)	-	24.889
Depósitos judiciais	(24)	(138)	14	-	(148)

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Jantus e Bons Ventos, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$ 23.985, sendo R\$13.950 da Jantus e R\$10.000 de Bons Ventos e R\$35 da associação da ERSa e CPFL, decorrente de riscos trabalhistas, tributários e cíveis. A Companhia também reconheceu o ativo indenizável pelo montante de R\$23.950 equivalente ao passivo (nota explicativa nº 9), conforme condições contratuais.

Riscos cuja probabilidade de perda é considerada possível são:

Cíveis

Em 30 de junho de 2012, as controladas eram parte em vinte e uma ações cíveis e procedimentos administrativos ambientais, tendo como valor da causa original o montante de R\$ 2.184. As ações cíveis em andamento versam, em geral, sobre indenização decorrente de desapropriação de área ou servidão.

Trabalhistas

Em 30 de junho de 2012, as controladas eram parte em vinte e cinco ações judiciais, tendo como valor da causa original o montante de R\$ 1.160. Os processos trabalhistas em andamento versam, em geral, sobre responsabilidade subsidiária decorrentes da contratação de prestadores de serviços para construção de empreendimentos.

Tributárias

Em 30 de junho de 2012, as controladas apresentam questionamentos tributários em oito procedimentos administrativos, tendo como valor atualizado o montante de R\$38.067, quais sejam:

- a) Em fevereiro 2012, as controladas Eólica Icaraizinho e SIIF Cinco foram autuadas pelas Prefeituras Municipais de Amontada e Beberibe, respectivamente, referente ao recolhimento de ISS incorridos durante a construção do parque eólico. Os municípios de Amontada e a de Beberibe estão questionando impostos adicionais com multa e juros no montante atualizado de R\$27.738 e R\$7.988, respectivamente. O prognóstico de perda é possível, visto que os autos de infração lavrados possuem vícios de forma e conteúdo. A Administração das controladas já protocolou defesa dos autos de infração lavrados e acredita não ser necessário o registro de qualquer provisão contábil em razão dos vícios apontados, bem como em razão da fase processual que se encontram, ou seja, fase administrativa.
- b) Em dezembro de 2010, as controladas Santa Clara II até VI e Eurus VI foram autuadas pela Prefeitura Municipal de Parazinho/RN referente ao recolhimento de ISS incorridos durante a construção do parque eólico. O município de Parazinho/RN está questionando impostos adicionais com multa e juros no montante atualizado de R\$ 2.341. O prognóstico de perda é possível, visto que os autos de infração lavrados possuem vícios de forma e conteúdo. As Companhias já protocolaram defesa dos autos de infração lavrados e acreditam não ser necessário o registro de qualquer provisão contábil em razão dos vícios apontados, bem como em razão da fase processual que se encontram, ou seja, fase administrativa.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) Capital social de acordo com a legislação societária brasileira

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado monta em R\$2.675.731, representado por 412.274.029 (2.061.370.145 em 31 de dezembro de 2011) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

b) Composição acionária

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

Acionistas	30/06/2012		31/12/2011	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
CPFL Geração de Energia S.A.	146.312.932	35,49%	731.564.653	35,49%
CPFL Comercialização Brasil S.A.	113.435.867	27,51%	567.179.333	27,51%
Secor LLC	38.082.654	9,24%	190.413.272	9,24%
Patria Energia Fundo de Invest. Em Participações	33.072.441	8,02%	165.362.205	8,02%
Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	5.808.543	1,41%	29.042.714	1,41%
Fundo de Invest. Partic. Brasil Energia	31.439.288	7,63%	157.196.439	7,63%
DEG - Deutsche Investitions Und Ent MBH	10.205.052	2,48%	51.025.261	2,48%
Fundo de Invest. Partic. Multisetorial Plus	20.574.590	4,99%	102.872.952	4,99%
GMR Empreendimentos Energéticos Ltda.	9.210.360	2,23%	46.051.800	2,23%
Outros (pessoas físicas)	4.132.302	1,00%	20.661.516	1,00%
	412.274.029	100%	2.061.370.145	100%

c) Agrupamento de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2012, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção 5 para 1, ou seja, cada 5 (cinco) ações ordinárias foram grupadas em 1 (uma) ação ordinária, com a consequente modificação do *caput* do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que passou a vigor com a seguinte nova redação:

“Artigo 4º - O capital social subscrito da Companhia é de R\$2.675.731.029,29 (dois bilhões seiscentos e setenta e cinco milhões setecentos e trinta e um mil, vinte e nove reais e nove centavos), dividido em 412.274.029 (quatrocentos e doze milhões, duzentas e setenta e quatro mil e vinte e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.”

d) Reservas de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de agosto de 2011, foram deliberados os seguintes temas:

- 1) Conversão da totalidade das debêntures detidas pelo Fundo de Investimentos em Participações Multisetorial Plus em 54.222.660 ações ordinárias da Companhia, reduzindo o saldo de reserva de capital no valor de R\$56.378 e aumentando o capital social pelo mesmo valor.
- 2) Cancelamento da totalidade dos bônus de subscrição detidos por Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, que em contrapartida recebeu 29.042.714 ações de emissão da Companhia. O valor corresponde a R\$2.

3) A associação entre a antiga ERSA e a CPFL Energia resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios. Na essência contábil, essa operação refletiu uma aquisição reversa e, portanto, os ativos líquidos da antiga ERSA foram avaliados a valor justo. O respectivo laudo de avaliação, preparado por especialistas, gerou o registro na atual CPFL Renováveis de um intangível de direito de exploração (autorização) no montante de R\$533.756, em contrapartida à conta “Reserva de ágio na subscrição de ações”, no patrimônio líquido. Esse valor será mantido na rubrica “Reserva de capital” até sua capitalização e será capitalizado na proporção representativa do capital de cada acionista.

e) Reserva de lucros - legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 30 de junho de 2012, a Companhia mantinha reserva no montante de R\$1.037 a título de reserva legal.

f) Reserva de lucros - retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos de PCH, eólicos e de biomassa. O orçamento de capital foi aprovado em AGO/E. Em 30 de junho de 2012 a Companhia possuía o montante de R\$21.579.

g) Reserva de lucros a realizar

No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia possui o montante de R\$4.925 referente à parcela do lucro não realizado dos exercícios passados.

h) Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

i) Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações.

Em conformidade com a IAS 33, equivalente ao Pronunciamento Técnico CPC 41 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	Trimestre findo em 30/06/2012	Semestre findo em 30/06/2012	Trimestre findo em 30/06/2011	Semestre findo em 30/06/2011
<u>Lucro (prejuízo) básico por ação</u>				
Numerador				
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	(5.524)	5.484	(2.986)	4.795
Denominador				
Média ponderada de número de ações ordinárias	412.274.029	412.274.029	141.680.700	141.680.700
Lucro (prejuízo) básico por ação (R\$ por ação)	(0,01)	0,01	(0,02)	0,03
<u>Lucro (prejuízo) diluído por ação</u>				
Numerador				
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	(5.524)	5.484	(2.986)	4.795
Efeito dilutivo das debêntures conversíveis	(3.505)	(5.205)	-	-
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinários	(9.029)	279	(2.986)	4.795
Denominador				
Média ponderada de número de ações ordinárias	412.274.029	412.274.029	141.680.700	141.680.700
Efeito dilutivo das plano de pagamento baseado em ações	-	-	-	-
Média ponderada de número de ações ordinárias	412.274.029	412.274.029	141.680.700	141.680.700
Lucro (prejuízo) diluído por ação (R\$ por ação)	(0,02)	-	(0,02)	0,03

De acordo com o CPC 41 Resultado por Ação, o cálculo da quantidade média ponderada de ações de 2011 levou em consideração o evento ocorrido em 31 de maio de 2012, de grupamento de ações, em função de não ter ocorrido alteração de recursos financeiros.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por controladas da Companhia (nota explicativa nº 16). Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Companhia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que, tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início do exercício.

Os efeitos apurados no denominador do cálculo de lucro por ação diluído oriundos do plano de pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 10.1) foram considerados anti dilutivos em 30 de junho de 2012 e 2011. Por este motivo, estes efeitos não foram incluídos no cálculo de cada período.

j) Reserva de lucros - conta de ajuste de avaliação patrimonial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“deemed cost”). O saldo líquido da mais-valia, no montante de R\$56.973, foi registrado na conta “Reserva de lucros - ajuste de avaliação patrimonial”. O saldo em 30 de junho de 2012 era de R\$54.570. Durante o período foi realizado o valor de R\$1.318, em contrapartida à conta de Lucros (prejuízos) acumulados.

k) Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis internacionais, CPC 24 - Evento Subsequente e ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado. Já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente.

Até 30 de junho de 2012 não houve distribuição de dividendos.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são reconhecidas de acordo com os contratos firmados.

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em
	30/06/2012	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2011
Receita de venda de energia	9.057	15.218	1.292	8.326	161.406	304.650	-	-
Deduções da receita:								
Pis/Cofins	(696)	(1.266)	(119)	(770)	(9.046)	(16.549)	-	-
Outros encargos regulatórios	-	-	-	-	(1.218)	(2.298)	-	-
Receita operacional líquida	8.361	13.952	1.173	7.556	151.142	285.803	-	-

Os contratos de venda de energia das SPEs da Companhia que se encontram em operação em 30 de junho de 2012 têm as seguintes características:

	Tipo	Energia Contratada (MWm)	Preço Contratado (R\$/MWh)*	Índice de Reajuste
Alto Irani	Proinfa	13,5	189,82	IGPM
Americana	Mercado Livre	13,9	221,69	IGPM
Andorinhas	Mercado Livre	0,5	176,92	IGPM
Arvoredo	CCEAR	7,0	172,49	IPCA
Baia Formosa	CCEAR	11,0	159,54	IPCA
Baldin	Mercado Livre	9,7	172,66	IGPM
Barra da Paciência	Mercado Livre	13,1	179,01	IPCA
Bio Buriti	Mercado Livre	21,0	171,89	IPCA
Bio Ipê	Mercado Livre	8,4	171,89	IPCA
Bio Pedra	CER	18,4	160,79	IPCA
Bons Ventos	Proinfa	20,2	287,24	IGPM
Buritis	Mercado Livre	0,4	221,69	IGPM
Canoa Quebrada	Proinfa	22,9	294,91	IGPM
Capão Preto	Mercado Livre	2,3	221,69	IGPM
Chibarro	Mercado Livre	1,7	221,69	IGPM
Cocais Grande	Proinfa	5,2	189,82	IGPM
Corrente Grande	Mercado Livre	7,9	179,01	IPCA
Diamante	Mercado Livre	1,8	165,78	IGPM
Dourados	Mercado Livre	7,1	221,69	IGPM
Eloy Chaves	Mercado Livre	13,5	221,69	IGPM
Enacel	Proinfa	12,6	295,32	IGPM
Esmeril	Mercado Livre	2,9	221,69	IGPM
Foz do Rio Choró	Proinfa	10,3	316,97	IGPM
Gavião Peixoto	Mercado Livre	3,9	221,69	IGPM
Guaporé	Mercado Livre	0,6	176,92	IGPM
Icaraizinho	Proinfa	26,2	285,63	IGPM
Jaguari	Mercado Livre	5,7	221,69	IGPM
Lençóis	Mercado Livre	1,0	221,69	IGPM
Monjolinho	Mercado Livre	0,4	156,30	IGPM
Ninho da Águia	Mercado Livre	5,7	179,01	IPCA
PaioI	Mercado Livre	11,2	178,99	IPCA
Paracuru	Proinfa	12,5	285,63	IGPM
Pinhal	Mercado Livre	4,1	221,69	IGPM
Pirapó	Mercado Livre	0,6	176,92	IGPM
Plano Alto	Proinfa	10,2	189,82	IGPM
Praia Formosa	Proinfa	2,1	317,33	IGPM
Praia Formosa - A	Proinfa	1,7	316,97	IGPM
Praia Formosa - B	Proinfa	4,3	318,36	IGPM
Praia Formosa - C	Proinfa	24,6	323,94	IGPM
Saltinho	Mercado Livre	0,7	176,92	IGPM
Salto Grande	Mercado Livre	4,4	221,69	IGPM
Santa Luzia	Mercado Livre	14,0	172,54	IPCA
Santa Luzia	Mercado Livre	4,0	190,07	IGPM
Santana	Mercado Livre	4,5	221,69	IGPM
São Gonçalo	Mercado Livre	7,3	179,01	IPCA
São Joaquim	Mercado Livre	5,2	221,69	IGPM
Socorro	Mercado Livre	0,3	221,69	IGPM
Taiba Albatroz	Proinfa	6,6	294,01	IGPM
Três Saltos	Mercado Livre	0,9	221,69	IGPM
Varginha	Mercado Livre	4,0	172,49	IPCA
Várzea Alegre	Mercado Livre	4,3	179,01	IPCA

* Data de referência: 30/06/2012

23. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em
	30/06/2012	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2011
Custo de compra de energia	(4.539)	(10.967)	(6.048)	(6.752)	(18.160)	(36.576)	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	(6.431)	(10.966)	-	-
Custo de operação das usinas	-	-	-	-	(11.978)	(22.161)	-	-
Materiais	-	-	-	-	(324)	(1.207)	-	-
Custo de pessoal	-	-	-	-	(3.240)	(6.255)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	-	-	(34.057)	(59.621)	-	-
Total	(4.539)	(10.967)	(6.048)	(6.752)	(74.190)	(136.786)	-	-
Despesas com pessoal	(5.905)	(13.557)	(4.776)	(9.320)	(6.149)	(13.801)	-	-
Despesas de ocupação	(352)	(464)	(537)	(1.159)	(2.387)	(2.823)	-	-
Despesas com viagens e estadas	(234)	(554)	(391)	(747)	(172)	(765)	-	-
Despesas gerais	(128)	(588)	(1.136)	(1.813)	(2.191)	(2.912)	-	-
Serviços profissionais	(8.654)	(12.825)	(3.124)	(5.347)	(7.460)	(13.349)	-	-
Impostos e taxas	(8)	(8)	(42)	(70)	267	(72)	-	-
Outros	(543)	(830)	-	-	(328)	(966)	-	-
Despesas gerais e administrativas	(15.824)	(28.826)	(10.006)	(18.456)	(18.420)	(34.688)	-	-
Remuneração dos administradores	(745)	(2.553)	(552)	(1.041)	(745)	(2.553)	-	-
Total	(16.569)	(31.379)	(10.558)	(19.497)	(19.165)	(37.241)	-	-

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em	findo em
	30/06/2012	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2011
Receitas financeiras:								
Receita de aplicação financeira	5.654	10.513	4.948	10.192	8.388	21.723	-	-
Outras	-	22	9	9	4.270	5.115	-	-
Total	5.654	10.535	4.957	10.201	12.658	26.838	-	-
Despesas financeiras:								
Juros sobre empréstimos	(19.115)	(29.913)	-	-	(57.662)	(100.291)	-	-
Juros capitalizados no imobilizado	10.437	18.377	-	-	10.437	18.377	-	-
Fiança bancária/Comissões e corretagens	-	-	(1)	(12)	-	-	-	-
Outros juros recebidos (pagos)	120	(172)	(4)	(5)	191	(137)	-	-
Outras	(749)	(792)	(2)	(13)	(2.447)	(4.239)	-	-
Total	(9.307)	(12.500)	(7)	(30)	(49.481)	(86.290)	-	-

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

25.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs BVP, Bons Ventos, Formosa, Icaraizinho, que adotaram o regime de tributação com base no lucro real. Na controladora e nas SPEs em construção e em preparação (em desenvolvimento) foi adotado o regime de tributação com base no lucro real.

O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e os efeitos consolidados vigentes nos respectivos períodos.

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre findo em 30/06/2012	Semestre findo em 30/06/2012	Trimestre findo em 30/06/2011	Semestre findo em 30/06/2011	Trimestre findo em 30/06/2012	Semestre findo em 30/06/2012	Trimestre findo em 30/06/2011	Semestre findo em 30/06/2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.915)	(3.066)	(2.986)	5.343	(4.957)	4.416	-	-
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%	34%	34%	-	-
Expectativa de débito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	3.371	1.042	1.015	(1.817)	1.685	(1.501)	-	-
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):								
Exclusão - equivalência patrimonial	6.768	18.062	3.036	5.684	-	-	-	-
Amortização do direito de exploração - indedutível	(4.391)	(8.550)	(416)	(832)	(8.662)	(16.057)	-	-
Outras (adições) exclusões permanentes	-	(2.510)	(1.062)	(1.253)	5.346	3.512	-	-
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais para os quais não foi registrada ativo diferido	(1.357)	506	(2.573)	(2.330)	(3.604)	(1.914)	-	-
Lucro (exceto resultado financeiro) das controladas cuja tributação é feita com base no lucro presumido:								
Reversão do efeito da tributação - lucro real	-	-	-	-	10.847	26.209	-	-
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo.	-	-	-	-	(6.161)	(9.163)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - receita (despesa)	4.391	8.550	-	(548)	(549)	1.086	-	-
Impostos - corrente	-	-	-	(548)	(7.325)	(14.040)	-	-
Impostos - diferido	4.391	8.550	-	-	6.776	15.126	-	-
Impostos líquidos	4.391	8.550	-	(548)	(549)	1.086	-	-
Alíquota efetiva - %	(44,3%)	(278,9%)	0,0%	(10,3%)	11,1%	24,6%	-	-

- (a) Valores contabilizados como direito de exploração que foram contabilizados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil antes da aplicação dos CPCs/IFRS. Portanto, não foram constituídos impostos diferidos sobre estes intangíveis nas respectivas datas de aquisição, e, desta maneira, afetam as taxas efetivas nos períodos correntes.

25.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Adicionalmente para algumas controladas da Jantus e da BVP que apuram o imposto no regime de lucro real registram os créditos fiscais sobre prejuízo fiscal acumulado e base negativa da contribuição social. Os créditos fiscais foram computados de acordo com as alíquotas vigentes para as empresas tributadas pelo lucro real.

O saldo dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

a) Ativo

	<u>Consolidado</u> <u>30/06/2012</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2011</u>
IR e CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social:		
Jantus	13.930	14.285
BVP	1.642	-
Baixa do ativo diferido nas controladas	7.449	7.162
Outras diferenças temporárias	105	106
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia do ativo imobilizado apurada em aquisição de negócio):		
Jantus	53.388	54.973
BVP	57.121	-
Total - ativo	<u>133.635</u>	<u>76.526</u>

<u>Realização do imposto</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>Total</u>
	2.923	2.923	2.896	2.817	4.013	15.572

b) Passivo

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Mais valia decorrente da apuração do custo atribuído	-	-	31.434	32.153
Mais valia dos ativos recebidos da antiga ERSA	-	-	367.614	373.610
Intangível - direito de exploração/autorização - Jantus	340.554	348.014	340.554	348.014
Intangível - direito de exploração/autorização - Santa Luzia	-	-	29.499	29.977
Intangível - direito de exploração/autorização - Complexo Atlântica	9.001	-	9.001	-
Intangível - direito de exploração/autorização - BVP	-	-	247.218	-
Outras diferenças temporárias	-	-	23.516	14.220
Total	<u>349.555</u>	<u>348.014</u>	<u>1.048.836</u>	<u>797.974</u>

O valor do imposto de renda diferido sobre mais valia dos ativos recebidos da antiga ERSA era de R\$378.607, nota explicativa nº 1.1, foi realizado R\$38.503 até 30 de junho de 2012, restando o saldo de R\$340.554.

c) Resumo - apresentação no balanço patrimonial - consolidado

O saldo dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	Consolidado	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Total do ativo	133.635	76.526
Total do passivo	<u>(1.048.836)</u>	<u>(797.974)</u>
	<u>(915.201)</u>	<u>(721.448)</u>
Classificado:		
Ativo líquido	92.394	76.526
Passivo líquido	<u>(1.007.595)</u>	<u>(797.974)</u>
	<u>(915.201)</u>	<u>(721.448)</u>

25.3. Créditos fiscais - Controladora

A Companhia possui prejuízos fiscais não registrados sobre os seguintes valores-base:

	<u>Controladora</u> <u>R\$</u>
Prejuízos fiscais apurados até 30 de junho de 2012	<u>84.009</u>
Base negativa de contribuição social até 30 de junho de 2012	<u>84.009</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias nas datas dos balanços. A decisão da Administração quanto ao não reconhecimento dos benefícios fiscais futuros está baseada: (i) no fato de a Companhia ser uma holding, cujos resultados são principalmente derivados da equivalência patrimonial de seus investimentos; e (ii) na ausência de histórico de apuração de lucros tributários até o momento que suporte o reconhecimento de créditos tributários diferidos.

As controladas indiretas Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A. e Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. e BVP registram imposto de renda diferido ativo relacionado a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social considerando a sua expectativa de rentabilidade futura, tendo como base a aquisição do grupo econômico Jantus e BVP pela Companhia e o consequente processo de reestruturação das dívidas destas controladas, visando à redução das suas despesas financeiras.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas do grupo possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia aprovou no último trimestre de 2011, em Comitê Financeiro, a sua nova Política de Aplicações Financeiras e administração de recursos. Desde então, a exposição máxima de caixa por instituição financeira, elegível nesta nova política, foi limitada a 30% (trinta por cento) do caixa total, resultando em uma maior pulverização da exposição financeira, com consequente redução de risco versus baixo impacto na rentabilidade de caixa.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

26.1. Classificações dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

- a) Ativos financeiros, tendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) mensurados ao valor justo através do resultado; (iii) mantidos até o vencimento; e (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

(i) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5).
- Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7).
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).

(ii) Mensurados ao valor justo através do resultado

São ativos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo, com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, a fim de obter-se informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Aplicação financeira vinculada (nota explicativa nº 6).
- Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6.1).

(iii) Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção de mantê-los até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

(iv) Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma classificação anterior ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro desses ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

b) Passivos financeiros, tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado; e (ii) outros passivos financeiros. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

(i) Mensurados ao valor justo através do resultado

São passivos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses passivos são registrados pelos respectivos valores justos e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros nesta categoria.

(ii) Outros passivos financeiros

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação anterior. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15).
- Debêntures (nota explicativa nº 16)
- Fornecedores (nota explicativa nº 14)
- Contas a pagar de projetos (nota explicativa nº 17)
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).

O valor justo dos instrumentos financeiros registrados pelo custo amortizado foi estimado com base em cotações de mercado disponíveis ou o uso de técnicas de avaliação, entre elas, o valor presente dos fluxos de caixa futuros. No entanto, métodos e premissas utilizados para a divulgação do valor justo são julgamentais. Assim, o valor justo estimado não reflete, necessariamente, valores que seriam recebidos ou pagos em caso de liquidação imediata desses instrumentos. O uso de metodologias ou premissas diferentes poderia ter um efeito material nos valores de mercado estimados.

As metodologias utilizadas são as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros passivos a curto prazo: devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas informações contábeis intermediárias;
- Empréstimos e financiamentos de longo prazo e debêntures: devido às características específicas dos contratos assinados pela Companhia e suas controladas com o BNDES e SUDENE, bem como ao fato de que os montantes a pagar são reajustados pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo - taxa de juros de referência do Governo Federal), que refletem taxas de mercado para estes instrumentos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas informações contábeis intermediárias;
- Transações com partes relacionadas: devido às características específicas dos acordos assinados entre a Companhia e suas controladas, entre elas, o fato dos AFACs não apresentarem remuneração ou data de vencimento, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas informações contábeis intermediárias.

26.2. Ativos registrados a valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, entre os Níveis 1 a 3, como descrito abaixo, com base no grau observável da apuração do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas através de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A Companhia e suas controladas classificam seus títulos e valores mobiliários no montante de R\$16.544 em 30 de junho de 2012 (R\$1.853 em 31 de dezembro de 2011) e as suas aplicações financeiras vinculadas no montante de R\$120.424 em 30 de junho de 2012 (R\$72.056 em 31 de dezembro de 2011) como sendo mensurações de valor justo de Nível 2.

26.3. Considerações sobre riscos.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

Em 30 de Junho de 2012, as contas a receber de clientes consolidadas acumulam R\$47.745 (52% do total) devidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRAS pelos contratos do PROINFA, R\$27.303 (30% do total) devidos pelo Grupo CPFL, acionista controlador, e R\$6.381 (7% do total) por um grande consumidor.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (“covenants”) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

Em conformidade à instrução CVM N° 475, de 17 de dezembro de 2008, a Sociedade realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade à mudanças em variáveis de mercado.

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxa de juros variáveis de 30 de junho de 2012 fosse mantido e que os respectivos indexadores anuais apurados na data base de 30/06/2012 permaneçam estáveis (CDI em 8,38% a.a., TJLP em 6,0% a.a., IGPM em 5,14% a.a. e TR em 0,91% a.a.); (ii) elevação dos índices atuais em 25% e (iii) elevação dos índices atuais em 50%.

O cenário “(1)” é o que reflete melhor a expectativa da Administração para os possíveis impactos das transações descritas.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Juros a incorrer expostos a:	Risco da taxa	Exposição	Cenário I	Elevação/Redução de índice em 25%	Elevação/Redução de índice em 50%
Ativo Financeiro						
Aplicação CDB/Debêntures/Títulos Públicos	CDI	Redução	684.425	57.013	42.760	28.507
Aplicação Fundos	CDI	Redução	79.714	6.709	5.032	3.355
Títulos e valores mobiliários	TR	Redução	2.161	20	15	10
Subtotal			766.300	63.742	79.678	95.613
Passivo Financeiro (exceto custos de captação)						
Empréstimos e Financiamentos BNDES e FND	TJLP + 1,47%	Aumento	(2.314.762)	(101.697)	(122.116)	(142.535)
Empréstimos e Financiam. NIB	IGPM+8,63%	Aumento	(76.938)	(7.616)	(8.326)	(9.037)
Empréstimos e Financiamentos FNE	PRÉ 9,95%	Aumento	(337.872)	(25.687)	(25.687)	(25.687)
Empréstimos e Financiam. SAFRA e Debêntures PCH Holding2	CDI + 1,12%	Aumento	(1.159.264)	(83.033)	(101.371)	(119.710)
Subtotal			(3.888.836)	(218.033)	(257.500)	(296.969)
Variação			(3.122.536)	(154.290)	(177.822)	(201.356)

(*) A Companhia têm exposição líquida passiva, uma vez que tem mais instrumentos financeiros passivos que ativos; desta forma a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é feita considerando a deterioração do cenário econômico, com aumento das taxas de juros.

26.4. Análise de Liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

Controladora

	30.06.2012					
	Média Ponderada das Taxas de Juros	Até um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos
Empréstimos e Financiamentos	7,27%	3.086	9.721	38.808	271.933	570.882
Debêntures	10,08%	-	-	4.717	106.582	319.745
Total	8,19%	3.086	9.721	43.525	378.515	890.627

Consolidado

	30.06.2012					
	Média Ponderada das Taxas de Juros	Até um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos
Empréstimos e Financiamentos	8,33%	95.970	25.933	191.694	850.904	1.576.123
Debêntures	8,62%	-	-	36.301	260.072	817.352
Total	8,42%	95.970	25.933	227.995	1.110.976	2.393.475

27. COBERTURAS DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de Indenização Consolidado	
		30/06/2012	31/12/2011
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes e Riscos de Engenharia	2.335.564	1.690.443
Responsabilidade Civil	Obras Cíveis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica	97.000	57.000
Automóveis	Cobertura Compreensiva	705	590
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	69.039	59.277
Outros	Seguro Garantia, D&O e outros	258.363	153.912
Total		2.760.671	1.961.222

28. COMPROMISSOS

28.1. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como operacionais, uma vez que os termos do contrato de arrendamento não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

Até 30 de junho de 2012, a Companhia e suas controladas firmaram contratos de arrendamento de terras, compostos da seguinte forma:

	<u>Ref.</u>	<u>Assinatura do Contrato</u>	<u>Área (ha)</u>	<u>Prazo</u>	<u>Pagamento Ano - 2011</u>	<u>Índice Reajuste</u>
Eólica Bons Ventos	16	set-06	437	28 anos	656,0	IGP-M
Eólica Canoa Quebrada	16	jan-07	220	20 anos	772,0	IGP-M
Eólica Enacel	16	ago-08	341	22 anos	415,0	IGP-M
Eólica Formosa	16	out-01	1.094	28 anos	935,0	IGP-M
Eólica Icaraizinho	16	mar-02	423	28 anos	872,0	IGP-M
Eólica Paracuru	16	dez-01	107	28 anos	424,0	IGP-M
Eólica Taíba	16	nov-03	53	25 anos	242,0	IGP-M
Pontal das Falésias	15	mai-09	571	25 anos	-	IGP-M
Projeto Bitupitá	14	nov-08	597	28 anos	216,0	IGP-M
Projeto Curral Velho	12	dez-08	1.178	28 anos	40,0	IGP-M
Projeto EOL Bloco Norte e Sul	19	out-08	3.300	37 anos	118,8	IGP-M
Projeto EOL Campos dos Ventos	20	abr-08	3.196	37 anos	78,6	IGP-M
Projeto EOL Parambu	5	jul-08	5.163	30 anos	13,0	IPCA
Projeto EOL Royalle	6	nov-10	701	25 anos	-	-
Projeto EOL Royalle Expansão	7	nov-10	3.000	25 anos	-	-
Projeto EOL Serra do Cabral	8	dez-10	3.365	35 anos	-	-
Projeto EOL Viçosa	4	nov-08	1.199	30 anos	24,9	IPCA
Projeto Pé de Serra	9	jul-11	2.974	35 anos	77,5	IPCA
Projeto Pedra Cheirosa	12	mai-09	809	28 anos	20,0	IGP-M
Projeto Praia do Atalaia	13	mai-09	2.494	28 anos	420,0	IGP-M
Projeto Serra do Angelim	10	jul-11	2.663	35 anos	55,1	IPCA
Projeto Tapuia	11	nov-11	1.166	35 anos	-	IPCA
SPE Baixa Verde	3	ago-08	239	25 anos	25,4	IGP-M
SPE Cajueiro	3	ago-08	238	25 anos	25,4	IGP-M
SPE Costa Branca	3	ago-08	322	25 anos	25,4	IGP-M
SPE Costa das Dunas	2	mai-09	469	25 anos	80,8	IGP-M
SPE Farol de Touros	2	mai-09	433	25 anos	80,8	IGP-M
SPE Figueira Branca	1	abr-09	143	25 anos	66,4	IGP-M
SPE Gameleira	1	abr-09	463	25 anos	66,4	IGP-M
SPE Juremas	3	ago-08	217	25 anos	25,4	IGP-M
SPE Macacos	3	ago-08	88	25 anos	25,4	IGP-M
SPE Navegantes	3	mai-09	208	25 anos	25,4	IGP-M
SPE Pedra Preta	3	ago-08	145	25 anos	25,4	IGP-M

Observações (valores expressos em reais - R\$):

1. Pagará de R\$27.272,73 a R\$32.727,27 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,5% da receita bruta anual;
2. A partir da assinatura do contrato R\$36.500,00 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,5% da receita bruta anual;
3. A partir da assinatura do contrato R\$19.715,28 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,2% da receita bruta anual;

4. Na 1ª fase R\$1.500,00 mensais, na 2ª fase R\$20,50 por hectare mensais, e depois da entrada em operação 1,2% da receita bruta mensal;
5. De março de 2011 até maio de 2011 R\$15.000,00 mensais, de junho de 2011 até a operação comercial R\$ 20,50 por hectare mensais, depois da entrada em operação 1,5% da receita bruta mensal;
6. Não foi pago valor de arrendamento no ano de 2011 e no primeiro semestre de 2012. A partir da entrada em operação R\$4.500,00 por aerogerador instalado anual;
7. Não foi pago valor de arrendamento no ano de 2011 e no primeiro semestre de 2012. A partir da entrada em operação 1,0% da receita bruta anual;
8. Não foi pago valor de arrendamento no ano de 2011 e no primeiro semestre de 2012. A partir da entrada em operação R\$ 2.500,00 a R\$ 14.500,00 por aerogerador instalado anualmente em função do PPA e fator de capacidade;
9. Na 1ª e 2ª fase de R\$77,00 a 1.190,00 mensal, na 3ª fase 1,5% da receita bruta mensal;
10. Na 1ª e 2ª fase de R\$113,90 a 2.500,00 mensal, na 3ª fase 1,5% da receita bruta mensal;
11. Não foi pago valor de arrendamento no ano de 2011 e no primeiro semestre de 2012. Na 1ª e 2ª fase R\$1.749,21 mensal, na 3ª fase 1,5% da receita bruta mensal;
12. A partir da entrada em operação R\$1.000,00 por aerogerador instalado mensal;
13. A partir da assinatura do contrato R\$35.000,00 mensal, após a entrada em operação 1,7% da receita bruta mensal;
14. A partir da assinatura do contrato R\$18.000,00 mensal, após a entrada em operação 1,67% da receita bruta mensal;
15. Não foi pago valor de arrendamento no ano de 2011 e no semestre de 2012. A partir da entrada em operação 2,0% da receita bruta mensal.
16. A partir da entrada em operação comercial 1,5% da receita bruta
17. A partir da entrada em operação comercial 0,52% da receita bruta.
18. Pagamento de R\$3,00 por ha na fase pré-operacional e 0,85% da receita após operação.
19. Pagamento de R\$2,00 por ha na fase pré-operacional e 0,85% da receita após operação.

28.2. Compromisso de aquisição negócios (preço complementar)

A Companhia firmou compromisso com o sócio minoritário referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A., Baixa Verde Energia S.A. e Navegantes Energia S.A., condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada a Companhia deverá desembolsar até 2015 o montante de R\$5.115 (valor original), atualizado monetariamente pelo IGP-M.

29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Transações oriundas de combinação de negócios:				
Empréstimos e financiamentos	-	-	494.563	-
Provisão para custos socioambientais	-	-	4.144	-
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	-	-	10.000	-
Imobilizado incorporado em combinação de negócios	-	-	577.738	-
Impostos diferidos	10.091	-	49.446	-
Direitos de autorização	-	-	257.253	-
Ajuste da Smita	-	-	6.850	-
Outras transações				
Provisão para custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	-	-	1.961	-
Encargos financeiros capitalizados	18.377	-	18.377	-
AFACs capitalizados	703.520	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	2.082	-
Contas a pagar - projetos	78.551	-	78.551	-
Reversão de provisão para custos socioambientais	-	-	66.773	-
Reclassificação de impostos diferidos	-	-	1.072	-
Participação de não controladores	-	-	3.558	-

30. FATO RELEVANTE

Em 8 de março de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a contratação dos bancos de investimento e outros assessores para iniciar estudos e avaliações visando à possibilidade de efetuar uma oferta pública inicial de distribuição de ações da Companhia.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) A Santa Clara recebeu a certificação de que se encontra em condições de entrar em operação comercial a partir de 1 de julho de 2012, sendo vendedora no 2º Leilão para contratação de Energia de Reserva, realizado em 2009, conforme o Edital de Leilão nº 003/2009-ANEEL.

Em virtude das linhas de transmissão para conexão à Rede Básica não terem sido concluídas até a data de entrada em operação comercial, esses empreendimentos estão impossibilitados de gerar e transmitir energia elétrica temporariamente. Diante desse fato excepcional, a ANEEL emitiu Despacho em 26 de junho de 2012 para solucionar a questão do fluxo de caixa desse negócio.

Assim sendo, e conforme o Despacho ANEEL nº 2.117, de 26 de junho de 2012, a Santa Clara fará jus ao recebimento da respectiva receita fixa de acordo com a Subcláusula 5.12 do Contrato de Energia de Reserva - CER, as obrigações de pagamento referentes aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST ficam mantidas.

O valor do CAPEX total envolvido na construção destes empreendimentos é no montante de R\$744.852. Em 30 de junho de 2012, o saldo acumulado de custos incorridos é de R\$712.018 (nota explicativa nº. 12).

Conforme descrito na nota 15, item (a), em 2010, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$574.098, na modalidade FINEM, que serão destinados para as controladas

diretas Santa Clara I a VI e Eurus VI, com encargos baseados na TJLP acrescido de 1,72% ao ano e prazo de amortização de 192 meses.

Até 30 de junho de 2012, foi liberado o montante de R\$525.012. O saldo remanescente, de R\$49.086, deve ser liberado até abril de 2013. Em decorrência da reestruturação societária descrita na nota explicativa nº1.1, esta dívida passou a ser registrada na CPFL Renováveis a partir de 1 de agosto de 2011. O saldo devedor em 30 de junho de 2012 é de R\$547.995.

Com relação a data da conclusão de cada empreendimento para efeitos do início do recebimento da receita assegurada, a Companhia está aguardando posição formal da ANEEL e a Administração tem a expectativa de que a ANEEL considere as seguintes datas para cada empreendimento:

- Santa Clara I a V: 1 de julho de 2012
- Santa Clara VI: 2 de julho de 2012
- Eurus VI - UG1 e UG4: 3 de julho de 2012 e UG2 e UG3: 4 de julho de 2012

As receitas anuais fixas dos referidos empreendimentos estão listadas abaixo. As mesmas são obtidas aplicando-se o preço na energia comercializada no LER/2009.

- Santa Clara I: - R\$ 19.955
- Santa Clara II: - R\$ 18.235
- Santa Clara III: - R\$ 18.235
- Santa Clara IV: - R\$ 18.235
- Santa Clara V: - R\$ 18.235
- Santa Clara VI: - R\$ 18.235
- Eurus VI: - R\$ 4.559

A data prevista de conclusão dos empreendimentos de transmissão e conexão é até 30 de junho de 2013 de acordo com o relatório de fiscalização da ANEEL divulgado em junho de 2012.

O prazo do Contrato de Compra e Venda de Energia (PPA) começa a ser considerado a partir da data em que a ANEEL atestar que o empreendimento encontra-se apto a operar comercialmente, ou seja, passa a auferir a receita fixa contratual assegurada viabilizando o fluxo de caixa do negócio

- b) Em 13 de julho de 2012, algumas controladas captaram recursos no montante total de R\$320.000 com emissão de notas promissórias comerciais de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, conforme segue:

<u>SPE</u>	<u>Valor da captação</u>	<u>Custos de emissão</u>	<u>Saldo devedor liquidado</u>
Bio Alvorada Energia S.A.	45.000	118	12.657
Bio Coopcana Energia S.A.	45.000	118	12.657
Atlântica I Parque Eólico S.A.	57.500	48	11.645
Atlântica II Parque Eólico S.A.	57.500	48	11.645
Atlântica IV Parque Eólico S.A.	57.500	48	11.645
Atlântica V Parque Eólico S.A.	<u>57.500</u>	<u>48</u>	<u>20.242</u>
Total	<u>320.000</u>	<u>428</u>	<u>80.491</u>

Essas notas têm as seguintes condições:

- Aval da controladora e penhor das ações das SPEs como garantia. O penhor poderá ser desconstituído exclusivamente para viabilizar a contratação de operações de financiamento com o BNDES;
- Prazo: 128 dias, com vencimento final em 18.11.2012;
- Pagamento de juros e principal no vencimento;
- Juros remuneratórios de 108,5% da variação do CDI;
- As SPEs também incorreram em despesas com a emissão no valor total de R\$428 e na mesma data as SPEs liquidaram 100% do saldo devedor do empréstimo de capital de giro, contratado com o Banco do Brasil, no montante de R\$80.491.

32. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 19 de julho de 2012.